



IV – INFRAESTRUTURA

O exercício de 2009 caracterizou-se pela continuidade na implementação dos projetos na área de infraestrutura que compõem a carteira do PAC. Além da execução e conclusão de diversos desses projetos, foi intensificada a articulação intra e intergovernamental para a superação de restrições técnicas e executivas e para viabilizar a implementação satisfatória de diversas ações estruturantes. A contribuição dos investimentos em infraestrutura, que foram mantidos mesmo com a crise internacional ocorrida em 2008, foi de fundamental importância para que os seus reflexos no Brasil fossem os menores possíveis, bem assim para que, na retomada do desenvolvimento sustentável, o trabalho para a superação de gargalos de infraestrutura não fosse interrompido. Dessa forma, o País continuou ao longo do último ano planejando e executando as ações necessárias para a consolidação e a confiança no desenvolvimento sustentável.

1. Energia

a) Energia Elétrica

No âmbito da geração de energia elétrica, com participação das empresas do Sistema Eletrobrás, destaca-se no último exercício o prosseguimento da construção de 14 empreendimentos, sendo 12 usinas de geração hidráulica, uma termelétrica a carvão e uma termelétrica com combustível nuclear, totalizando um acréscimo de potência de 10.602,28 MW. Ainda em relação à geração de energia elétrica, várias usinas se encontram em implantação e permitirão incremento de aproximadamente 7.000 MW de capacidade instalada em 2010. Na área de transmissão, serão mais 2.700 km de linhas, que ampliarão a integração energética de todas as regiões brasileiras.

Quanto às fontes de energia renováveis, o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) tem como meta final a instalação de 144 empreendimentos, até 2010, totalizando uma potência instalada de 3.300 MW. Do início da execução do Proinfa até dezembro de 2009, foram concluídos 94 empreendimentos, sendo 47 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), 20 Usinas de Biomassa e 27 Usinas Eólicas, totalizando 2.071,26 MW ou cerca de 63% do total do Programa.

O Governo continuará desenvolvendo, ao longo de 2010, um conjunto de ações visando a fortalecer a infraestrutura energética, de modo a garantir o desenvolvimento sustentável do País, cuja taxa de crescimento econômico nos últimos anos foi duplicada, requerendo assim o aumento da oferta e suprimento de energia. Nesse sentido, todos os projetos estratégicos de geração e transmissão estão inseridos no PAC, o que lhes confere vantagens, do ponto de vista de financiamento, além de monitoramento intensivo governamental.

a.1) Geração e Transmissão

Na área de geração e transmissão, em 2009, destaca-se a entrada em operação da Unidade Geradora nº 1 da Usina Hidrelétrica (UHE) São Salvador (243,20 MW) com 121,6 MW, da UHE Monjolinho com 74 MW, das Unidades Geradoras nº 1 e 2 da UHE Baguari (140,00 MW) com 70 MW, da Unidade Geradora nº 1 da UHE Corumbá III (93,6 MW) com 46,8 MW, da Usina Termelétrica (UTE) Camaçari Muricy I (148,00 MW) com 148 MW e Usinas do Proinfa com 616,23 MW, sendo 210,80 MW de PCHs e 405,43 MW de Eólica.

No âmbito das empresas com participação financeira no Sistema Eletrobrás destaca-se o prosseguimento das obras das seguintes usinas em construção:

- na Região Norte, prossegue a construção da Usina de Santo Antônio, cuja potência instalada é de 3.150 MW, com previsão de início de operação em maio de 2012; e a Usina de Jirau com potência instalada de 3.300 MW e previsão de início de operação em janeiro de 2013;
- na Região Nordeste, em março de 2009, iniciou-se a construção da UTE Porto de Itaqui, no Estado do Maranhão, com 360,1 MW de potência instalada, com previsão de entrada em operação em dezembro de 2011;
- na Região Sul, prossegue a construção das Usinas de Foz do Chapecó, com potência de 855 MW, prevendo-se o início de geração em agosto de 2010; a Usina de Mauá, com potência de 361 MW, cujo início da operação está previsto para abril de 2011; a Usina de Passo São João, com potência de 77 MW, prevendo-se o início da operação em agosto de 2010; e a Usina Termelétrica Candiota, com potência de 350 MW e geração prevista para junho de 2010;
- na Região Sudeste, prossegue a construção das UHE Retiro Baixo, com potência de 82 MW, prevendo-se o início da operação em janeiro de 2010; a Usina de Baguari, com potência de 140 MW, iniciou sua operação em setembro de 2009 e será concluída em 2010; a Usina de Simplício, com potência de 333,7 MW, prevendo-se o início da operação em dezembro de 2010; a Usina Nuclear de Angra 3, com potência de 1.350 MW, aguarda da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) a emissão da licença de construção plena, para permitir o início efetivo do empreendimento, sendo prevista sua operação para maio de 2015.
- na Região Centro-Oeste, prossegue a construção da Usina de Serra do Facão, com potência de 212,6 MW, prevendo-se o início de operação em outubro de 2010; a Usina de Batalha, com potência de 52,5 MW, prevendo-se o início de operação em maio de 2011; a Usina de Dardanelos, com potência de 261 MW, prevendo-se o início de operação em fevereiro de 2010; e a Usina de São Domingos, com potência de 77 MW, prevendo-se o início de operação em novembro de 2011.

Para o ano de 2010 está previsto o início de operação de 100 novas usinas, totalizando uma capacidade instalada de 7.040 MW. Destaques para a UHE Foz do Chapecó (855 MW), com entrada em operação prevista para agosto de 2010; a UHE Rondon II (73,5 MW); e as Usinas do Sudeste de Goiás: Barra dos Coqueiros (90 MW), Caçu (65 MW), Foz do Rio Claro (68,4 MW), Salto (108 MW) e Salto do Rio Verdinho (93 MW), previstas para o primeiro semestre de 2010; a UTE do Atlântico (490 MW) e a UTE Candiota III (350 MW), previstas para novembro de 2010.

No âmbito do Proinfa destaca-se, em 2009, a conclusão de 24 empreendimentos, correspondendo a um acréscimo de 478,03 MW, sendo 8 PCHs com 188,60 MW e 16 Usinas Eólicas com 289,43 MW. Em 2010, estão previstas as conclusões de 15 empreendimentos de PCHs, totalizando 225,7 MW; 27 empreendimentos eólicos, totalizando 821,54 MW; e um empreendimento de biomassa, totalizando 36,0 MW. Assim, neste exercício, serão concluídos PCHs que totalizarão 1.083,25 MW.

Neste exercício, encerra-se o prazo limite para implantação de empreendimentos do Proinfa, que deverão totalizar em seu conjunto 3.154 MW, sendo 1.181 MW de PCHs, 550 MW de UTEs e 1.423 MW de UEEs, representando aproximadamente 95% dos 3.302 MW contratados nesse programa.

O sistema de transporte de energia elétrica alcançou, em novembro de 2009, a extensão de 97.349 km. No ano de 2009, foram energizadas 34 linhas de transmissão, totalizando 3.606 km de extensão. Entre 2003 e dezembro de 2009 foram construídos 21.812 km de linhas de transmissão. O incremento nesses sete anos representa, aproximadamente, 25% da transmissão construída até aquela época. Esse crescimento proporcionou maior integração dos subsistemas elétricos, ampliação da capacidade de transferência de energia elétrica entre as regiões, com aproveitamento mais eficiente da diversidade hidrológica do País e a garantia das condições necessárias para o suprimento de eletricidade, com qualidade e confiabilidade, requisitos demandados pela sociedade, contribuindo para maior robustez ao SIN.

Entre as linhas de transmissão construídas, em 2009, destacam-se os trechos Campos Novos-Nova Santa Rita (500 kV e 257 km), São Simão-Marimondo-Ribeirão Preto (500 kV e 412 km), Paracatu 4-Pirapora 2 (500 kV e 256 km), Jaguará-Estreito-Ribeirão Preto (500 kV e 308 km) e Juba-Jauru C1 e C2 (230 kV e 2x129 km). Para atender à expansão do SIN, foram leiloadas, em 2009, 3.571,5 km de linhas de transmissão e 13.900 MVA de transformação.

Merece destaque, no último ano, a interligação energética dos Estados do Acre e de Rondônia ao SIN, que representava 22% do consumo dos sistemas isolados. Essa interligação foi realizada por meio da linha de transmissão Jauru/MT-Vilhena/RO, em 230 kV, com dois circuitos de 354 km cada, energizada em outubro de 2009. Tal procedimento está proporcionando expressiva economia na Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC), a qual atingirá a ordem de R\$ 1,5 bilhão/ano. Outro destaque é o início das obras da linha de transmissão Colinas/TO-Milagres/CE, em 500 kV, com 1.120 km de extensão, que reforçará a capacidade de transferência de energia entre as Regiões Norte e Sudeste/Centro-Oeste com o Nordeste em mais de 800 MW.

Estão em implantação em todo o território nacional, e com previsão para conclusão em 2010, 2.700 km de linhas de transmissão e 9.062 MVA de potência de transformação. Também em 2010 destaca-se o início da implantação da Linha de Transmissão (LT) Tucuruí-Manaus-Macapá, sendo 1.512 km em 500 kV e 314 km em 230 kV, importante obra que permitirá a interligação dos sistemas isolados de Manaus e Macapá com o SIN, reduzindo o consumo de derivados de petróleo e, conseqüentemente, os subsídios da CCC. Após essa interligação, os sistemas isolados representarão apenas 0,9% da energia consumida no País. Ainda em 2010, serão iniciadas as obras de transmissão dos dois bipolos de corrente contínua, com 2.375 km de extensão, para escoamento da energia gerada pelas Usinas do Rio Madeira/RO. Dos 6.450 MW gerados, cerca de 800 MW serão destinados para atendimento aos Estados do Acre e de Rondônia e o restante será transmitido diretamente para a Região Sudeste do País.

Quanto ao marco legal, foi promulgada, em dezembro de 2009, a Lei nº 12.111, resultante da conversão da Medida Provisória nº 466, de 2009, definindo as regras para contratação de energia pelos agentes de distribuição nos Sistemas Isolados, bem como a necessidade de todos os agentes se adequarem às regras do SIN.

a.2) Leilões de Geração e de Linhas de Transmissão

Foram outorgados 48 empreendimentos de geração de energia elétrica, em 2009, decorrentes dos leilões de Energia de Reserva, A-3 e A-5, realizados no ano anterior, que acrescentarão 3.531 MW médios ao SIN, a partir de 2010. O leilão A-3 foi realizado em 27 de agosto de 2009 e o seu resultado assegurou o atendimento a 99,7% do mercado projetado pelas distribuidoras para 2012.

Em 14 de dezembro de 2009 foi realizado o 2º Leilão de Compra de Energia de Reserva, que contratou, exclusivamente, energia de fonte eólica, aumentando a participação dessa fonte na matriz elétrica nacional, em conformidade com a política setorial de incentivo às fontes renováveis. O resultado do certame resultou em investimentos da ordem de R\$ 9,4 bilhões, representando um incremento de 1.805MW de potência ao SIN, dos quais 753 MW médios foram comercializados no referido leilão.

As concessões e autorizações de geração dos empreendimentos vencedores nos leilões de energia elétrica, realizados em 2009, serão outorgadas em 2010. Foram emitidas 27 outorgas, em 2009, para novas instalações de transmissão licitadas nos Leilões nº 6, 7 e 8, de 2008, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), compreendendo 4.750 km de LT, com tensão de ± 600 kV em corrente contínua e estações conversoras e retificadoras associadas, com capacidade de 12.200 MW, que possibilitarão o escoamento da energia produzida pelas usinas localizadas no Rio Madeira (UHE Santo Antônio e UHE Jirau) para o centro de consumo localizado na Região Sudeste; 4.251 km de LT em tensões iguais ou superiores a 230 kV; e 26 Subestações que adicionarão 11.774 MVA ao SIN.

O leilão de transmissão, realizado em maio de 2009, contratou 2.391 km de LT e 8 subestações, que acrescentarão 4.324 MVA de transformação ao SIN e permitirão atender ao crescimento do consumo nos Estados de Alagoas, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo; reduzir os custos com geração para atender ao mercado dos Estados do Acre e Rondônia; e escoar a energia gerada por usinas localizadas no Estado de Mato Grosso. Esses sistemas de transmissão têm início de operação comercial previsto para o ano de 2011. Estima-se que o investimento total previsto de R\$ 1,7 bilhão irá gerar cerca de 9.050 empregos diretos durante a fase de construção. Já o leilão de transmissão, realizado em novembro do último ano, contratou 1.079 km de LT e 8 subestações com a adição de 9.410 MVA de transformação ao SIN e permitirão atender ao crescimento da demanda nos Estados do Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão e Minas Gerais, escoar o excedente de geração de Mato Grosso para a Região Sudeste e endereçar o excedente de geração previsto para a região de Cataguases (MG). A maior parte das instalações de transmissão tem previsão de início de operação comercial para 2012. São estimados investimentos da ordem de R\$ 1,3 bilhão e a criação de aproximadamente 6.800 empregos diretos durante a construção desses empreendimentos.

a.3) Expansão da Geração e de Linhas de Transmissão

Serão leiloadas as concessões para exploração dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Belo Monte, Novo Acordo, Cachoeirão, Toricoejo, além das Usinas Hidrelétricas de Castelhana, Estreito, Cachoeira, Uruçuí, Ribeiro Gonçalves, Riacho Seco, Juruena, Mirador e Água Limpa, cujos estudos estimam uma potência total instalada em cerca de 13 mil MW.

Em relação a empreendimentos internacionais sob responsabilidade da Eletrobras, está prevista a conclusão dos Estudos de Viabilidade de Baynes, na divisa Angola-Namíbia; Tumarín, na Nicarágua; e Inambari, no Peru, cujos estudos estimam uma potência total instalada de cerca de 2.580 MW. Espera-se também ultimar os Estudos de Inventário do Rio Uruguai no trecho compartilhado entre o Brasil e a Argentina e a contratação de consultoria para o desenvolvimento dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental da AHE Binacional Garabi, com potência prevista de 1.036 MW, em parceria com a Ebisa da Argentina.

Há previsão ainda do desenvolvimento dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental do Complexo do Rio Tapajós, composto pelos Aproveitamentos Hidrelétricos de São Luiz do Tapajós, Jatobá, Jamanxim, Cachoeira dos Patos e Cachoeira do Caí, que totalizam uma capacidade estimada de 10.682 MW

As empresas do Sistema Eletrobrás incorporaram no ano de 2009 ao SIN (Rede Básica) 826 km de linhas de transmissão, 1.008 MVA de reforço no sistema e 2.945 MVA em capacidade de transformação em subestações. Já a parceria das empresas do Sistema Eletrobrás com empreendedores privados, por meio de Sociedades de Propósitos Específicos (SPEs), viabilizou a incorporação, no ano de 2009, de 402 km de linhas de transmissão ao SIN (Rede Básica).

Para o ano de 2010, o Sistema Eletrobrás estima investir cerca de R\$ 2,4 bilhões no segmento de transmissão, agregando cerca de 1.246 km de linhas de transmissão, 564 MVA de reforço no sistema e 4.196 MVA em capacidade de transformação em subestações. Além disso, essas empresas, em parceria com empreendedores privados, contribuirão, em 2010, com o acréscimo de mais 301 km de linhas de transmissão e 825 MVA em capacidade de transformação em subestações ao SIN.

Durante o ano de 2009, foram realizados diversos estudos de inventários e viabilidades para os aproveitamentos hidrelétricos no País. Destaca-se a conclusão do inventário da Bacia do Rio Tapajós (14.245 MW), no Estado do Pará, desenvolvido pelo Sistema Eletrobrás. O Complexo do Tapajós (10.682 MW) será composto por um conjunto de aproveitamentos, sendo um destes o Aproveitamento Hidroelétrico (AHE) São Luiz do Tapajós, com 6.133 MW, projeto integrante do PAC. Na construção desse Complexo será usado um novo conceito para a área energética – as Usinas Plataforma. Esse conceito inovador tem como características a não construção de imensos canteiros de obras, associados à vila dos trabalhadores, ocorrendo apenas canteiros reduzidos. A intervenção na natureza se restringe ao entorno imediato da área de trabalho. Na conclusão da usina hidrelétrica serão retirados todos os maquinários, construções e pessoal que não sejam indispensáveis à sua operação e iniciado o processo de recuperação do ambiente natural impactado. As equipes de trabalhadores se revezarão em turnos. A metodologia de revezamento de equipes de trabalho tem como consequência direta um menor impacto ambiental, tanto na construção quanto na operação da usina.

Ainda em 2009, um grupo de trabalho foi criado para estudar os sistemas de transmissão para integração do AHE Belo Monte, sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia (MME), juntamente com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e agentes de transmissão do setor. Os trabalhos desse grupo, que ocorreram ao longo de 2009 e continuarão em 2010, têm como objetivo a análise de alternativas de escoamento da energia gerada pela AHE Belo Monte. Entre essas alternativas há a possibilidade da interligação entre a usina e as Regiões Sudeste, Norte, Nordeste e/ou Sul, por meio de linhas de transmissão em corrente contínua e/ou alternada e também em meia onda.

Para centrais de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica, biomassa ou pequenas centrais hidrelétricas, as instalações de transmissão, de interesse exclusivo e uso compartilhado, poderão ser consideradas Instalações de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG). A ICG, uma inovação no setor elétrico, permite a formação de condomínio de geradores na contratação de serviços de transmissão de energia elétrica e é fundamental para viabilizar a expansão da capacidade de geração instalada a partir de fontes alternativas em regiões com pouca ou nenhuma capilaridade de redes de transmissão e de subtransmissão.

Com a implantação das linhas de transmissão Tucuruí-Macapá-Manaus, licitadas em 2008, os Estados do Amapá e Amazonas serão integrados ao SIN. Apenas o Estado de Roraima continuará isolado, entretanto existem estudos em andamento visando à sua integração ao SIN.

Estão previstos dois leilões de LT e subestações para o ano de 2010. O 1º leilão licitará a concessão do sistema de transmissão que possibilitará a integração ao SIN da 2ª etapa do projeto Ilha de Marajó e do noroeste do Estado do Maranhão, além de reforços de transmissão à Região Sudeste e ao sistema receptor de energia gerada pelo Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, compreendendo 14 subestações com 3.780 MVA de transformação, 1.436 km de LT, com investimento previsto de R\$ 1,25 bilhão. O objeto do 2º leilão será definido com base na consolidação de obras de Rede Básica para o período 2010/2012.

Serão realizados, no ano de 2010, um leilão A-3 e um leilão A-5 de compra de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração, com o objetivo de atender à demanda declarada pelas distribuidoras para o ano de 2013 e contratar cerca de 3 mil MW médios de energia elétrica, para fornecimento em 2015, visando a atender ao mercado.

O leilão para a concessão do AHE de Belo Monte, no Rio Xingu/PA, com capacidade de 11.233 MW, será realizado no ano de 2010, no qual será permitida a participação de autoprodutores. Parte da energia deste empreendimento poderá ser destinada ao mercado livre de energia elétrica.

a.4) Planejamento do Setor Elétrico

O modelo institucional do setor elétrico, aprovado em 2004, tem como principais objetivos promover a modicidade tarifária, garantir a segurança do suprimento de energia elétrica e assegurar a estabilidade do marco regulatório. Esse modelo apresenta como pilar a retomada das competências do Estado na elaboração das atividades de planejamento do setor energético, pela restauração do papel do Executivo como poder concedente, retomando o processo de planejamento e elaboração de planos de expansão. Para uma alocação eficiente de recursos e promoção da modicidade tarifária, foram definidos os ambientes de contratação regulada e livre, a criação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e a exigência da desverticalização do serviço público de distribuição. A segurança do suprimento é garantida pelo poder concedente por meio da exigência de contratação de 100% da demanda por parte de todos os agentes de consumo, como distribuidores e consumidores livres, e também pela criação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), com a função de acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e segurança do suprimento eletroenergético em todo o território nacional.

O atendimento ao mercado das distribuidoras e a expansão do sistema elétrico ocorrem por meio de leilões, cujo objetivo é a modicidade tarifária, ou seja, visa à menor tarifa ao consumidor. No setor de geração, a licitação se dá pelo critério de menor tarifa requerida e na transmissão a licitação se dá pelo menor valor da receita anual permitida para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão.

Na esteira desse desenho institucional, em 2009, um importante avanço foi obtido com a publicação da Lei nº 11.943, ao estabelecer que as instalações de transmissão de energia elétrica, componentes da Rede Básica do SIN, serão objeto de concessão na modalidade de concorrência ou de leilão, não sendo necessária a inclusão no Programa Nacional de Desestatização (PND). Desse modo, houve ganho de até três meses no processo para licitação do serviço público de transmissão de energia elétrica. Por

sua vez, o Tribunal de Contas da União (TCU) alterou, em 2009, o prazo de fiscalização dos processos de outorga de concessão ou de permissão de serviços públicos, quando a estimativa de investimentos for superior a R\$ 1 bilhão. Nessa hipótese, o prazo de análise passou de trinta para sessenta dias.

A expansão da geração verificada nos leilões tem apresentado uma expressiva participação de termelétricas, o que é um fato de ordem conjuntural e deve-se principalmente à paralisação do planejamento do setor, ocorrida por longo tempo, evidenciada pela ausência de estudos de Inventário e Viabilidade, o que permitiria dispor de uma carteira atrativa de projetos de usinas hidrelétricas para participar dos leilões. Pela lógica anterior, o mercado definiria a expansão necessária do setor, o que efetivamente não ocorreu, levando à necessidade da implementação de um novo modelo para o setor elétrico, no ano de 2004. O Governo, por intermédio do MME, está realizando esforços para o desenvolvimento de estudos, cuja conclusão está prevista para o curto prazo, totalizando cerca de 32 mil MW em estudos de inventários de bacias hidrográficas, com aproximadamente 18 mil MW sendo executados pela EPE; e da ordem de 12 mil MW em estudos de viabilidade de usinas hidrelétricas, com aproximadamente 3 mil MW sendo executados também pela EPE.

Ainda em termos de planejamento, devem ser ressaltados os grandes empreendimentos hidrelétricos no Rio Madeira (UHEs Santo Antônio, licitada em 2007; e Jirau, licitada em 2008) e o avanço em direção à licitação da UHE de Belo Monte/PA, a qual agregará mais de 11 mil MW de capacidade instalada ao sistema. Destaque, também em 2009, foi a mencionada integração dos Estados do Acre e de Rondônia ao SIN. A integração foi possível pela entrada em operação da LT Jauru-Vilhena, com 354 km de extensão, completando o trecho de Jauru/MT a Rio Branco/AC, passando por Porto Velho/RO, totalizando uma linha de 947 km. Até 2012, prevê-se a entrada em operação do sistema de escoamento da geração das Usinas de Santo Antônio e Jirau/RO, no Rio Madeira; e a integração dos Estados do Amazonas e Amapá ao SIN, por meio de cerca de 2 mil km de linhas de transmissão.

Ao se observar os leilões de linhas de transmissão e subestações percebe-se um crescimento ao longo dos anos. Entre os anos de 1999 e 2002, foram leiloados e contratados 7.814,1 km de LT e 4.272 MVA de transformação. Já no período de 2003 a 2006 esse número passou para 11.874,2 km de LT e 10.930 MVA de transformação, um aumento de 51,95% e 155,85%, respectivamente, em relação ao período anterior. Para o período de 2007 a 2009, o total leiloado e contratado de LTs foi de 15.222,3 km e de transformação foi de 23.025 MVA, um aumento de 28,19% e 110,65%, respectivamente, em relação ao período anterior. Cabe ressaltar que esse último período refere-se a apenas três anos, em que pese a comparação ter sido feita com os quatro anos do período 2003/06. Destaca-se que esse crescimento está diretamente relacionado com a retomada do planejamento do setor de infraestrutura em energia nos últimos anos, principalmente pela presença de grandes hidrelétricas distantes do centro de carga, dos reforços necessários para escoamento da geração distribuída e do crescimento do mercado de energia elétrica.

No ano de 2010 se consolidará a utilização de horizontes de planejamento intermediários e novos estudos específicos, os quais serão utilizados para a tomada de decisão para a expansão do sistema elétrico brasileiro. Dentre esses estudos, estão o Cenário de Expansão da Geração 2025 e os estudos relacionados aos indicadores energéticos. Esses estudos subsidiam o Governo na definição das diretrizes de expansão contidas nos planos decenais, visando à manutenção da qualidade e confiabilidade do sistema. A busca pela segurança energética e pelo desenvolvimento do potencial energético, com sustentabilidade, é indicada nos planos decenais de energia e nos planos de longo prazo: Planos Nacionais e Projeção da Matriz Energética Nacional, com horizontes de estudo de 30 anos.

a.5) Eficiência Energética

No início do ano de 2009, os veículos leves passaram a integrar o Programa Brasileiro de Etiquetagem em oito categorias distintas, sendo quatro para passageiros (subcompacto, compacto, médio e grande) e quatro especiais (comercial leve, carga leve, fora de estrada e esportivo). Também merece destaque o lançamento da “Etiqueta de Eficiência Energética de Edificações”. A etiquetagem permitirá um ganho gradual de eficiência em veículos e edifícios e a incorporação de critérios de consumo de energia em políticas públicas de incentivo fiscal para a linha branca mais eficiente, de acordo com a classificação do produto no Programa Brasileiro de Etiquetagem.

Em 2010, o Plano Nacional de Eficiência Energética (PNEf) deverá ser implantado. O principal objetivo desse Plano é alcançar a meta estabelecida pelo Plano Nacional de Energia 2030, no qual 10% do consumo de energia elétrica em 2030 será suprido por Programas de Eficiência Energética. Nesse contexto, espera-se o fortalecimento do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) e do Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (Conpet). Outra ação que merece registro foi a inserção de critérios de eficiência energética em habitações de cunho social, estabelecendo inicialmente a utilização do aquecimento solar no Programa Minha Casa, Minha Vida.

a.6) Regulação e Fiscalização do Setor Elétrico

A Aneel define regras técnicas e econômicas para a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; fiscaliza o seu cumprimento, tanto sob a ótica técnica e comercial quanto econômico-financeira; promove a mediação de conflitos; e operacionaliza as decisões da União relativas a concessões para os serviços de energia elétrica.

No campo da regulamentação, a continuidade do segundo ciclo de revisão tarifária das distribuidoras, referente ao período 2007/2010, merece destaque. Em 2009, foram realizadas revisões tarifárias em 18 das 63 distribuidoras existentes. Quanto ao reajuste tarifário anual, em 2009, foram realizados reajustes em 46 distribuidoras. No segmento de transmissão, estava prevista para 2009 a revisão de 12 transmissoras, entretanto, após análise de contribuições colhidas na Audiência Pública nº 068/2008, relativa à proposta de regulamentação da metodologia, algumas premissas foram reconsideradas. Dessa forma, para o melhor andamento dos trabalhos, a revisão dessas 12 transmissoras foi reprogramada para 2010.

No âmbito da fiscalização dos serviços de energia elétrica, de um total previsto de 1.663 fiscalizações, até outubro de 2009, foram realizadas 1.509 fiscalizações. Está programada para 2010 a realização de 1.995 fiscalizações de obras, com priorização para os empreendimentos constantes do PAC, além de instalações e serviços de geração, transmissão e distribuição, abarcando os aspectos econômicos e financeiros das concessões e dos projetos de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética. As fiscalizações serão realizadas diretamente pela Aneel e por convênio com agências reguladoras estaduais. Quanto aos aspectos técnico e comercial, serão priorizadas ações que visem a dotar a Agência Reguladora de instrumentos eficazes de promoção e monitoramento da evolução da qualidade dos serviços de energia elétrica ofertados pelos agentes, pautados em parâmetros e indicadores que subsidiem a formulação das regras e o controle de sua aplicação.

Na área econômico-financeira, destaca-se a fiscalização da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC), que resulta em ações corretivas com vistas ao uso mais eficiente dos combustíveis nas usinas termelétricas dos sistemas isolados. Em 2009,

deu-se continuidade às seguintes iniciativas: i) consolidação da instrução processual de empresas notificadas por pendências, para o período 1999 a 2005, quanto à equalização dos estoques físicos de combustíveis e quanto ao consumo de combustível acima do limite estabelecido; ii) acompanhamento da implantação do Sistema de Coleta de Dados Operacionais (SCD) nas unidades termelétricas dos sistemas isolados; e iii) acompanhamento, por meio de fiscalizações em campo em usinas do sistema isolado, dos Programas Mensais de Operação (PMOs), elaborados pelo Grupo Técnico Operacional da Região Norte (GTON).

Em relação às ações de outorga delegadas à Aneel, o desafio para 2010 é promover a realização dos leilões de geração e transmissão de energia, com vistas ao suprimento energético programado pelo Plano Decenal de Energia Elétrica, priorizando o cumprimento das metas consideradas no PAC.

Em 2009, com a continuidade do processo de regularização de cooperativas, estava prevista a regularização de 31 cooperativas como permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, que deverão ter suas tarifas estabelecidas pela metodologia de referência prevista para o período 2010/2011. Ainda em 2009, estava prevista também a regularização de 12 cooperativas como autorizatárias, tendo sido realizadas 2 regularizações. As outras 10 cooperativas carecem de diligência ou da conclusão de relatórios. Para 2010, prevê-se a continuidade do processo de regularização das cooperativas, enquadrando-se 10 cooperativas como autorizatárias e 2 cooperativas como permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.

No âmbito da atuação da Ouvidoria, serão mantidos os serviços da central de teleatendimento aos consumidores da Aneel e as atividades desenvolvidas, por delegação, pelas agências estaduais conveniadas, que proporcionam um total de atendimento médio de cerca de dois milhões de solicitações por ano, buscando sempre ampliar os índices de qualidade desse atendimento. No que se refere à participação pública na agenda regulatória, em 2009, merecem destaque o aprimoramento e a ampliação das consultas e audiências públicas, visando a fortalecer o relacionamento e diálogo da Aneel com consumidores, representantes da sociedade civil, Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, empresas do setor, etc. As audiências e consultas públicas representam mecanismos de controle social, com a promoção do diálogo e ampliação da participação dos diversos segmentos da sociedade no processo de decisão da Agência. Destaca-se, ainda no exercício anterior, a realização de pesquisas de opinião pública, buscando avaliar as expectativas dos agentes setoriais, a satisfação dos consumidores e a qualidade do serviço de energia elétrica prestado pelas distribuidoras.

b) Petróleo, Gás e Biocombustíveis

As descobertas na estrutura geológica denominada Pré-Sal, ocorridas a partir do final de 2007, proporcionaram novos horizontes para o País na área de exploração de petróleo e gás natural, em decorrência da grande potencialidade do aproveitamento de recursos petrolíferos. O incremento estimado nas descobertas com os volumes recuperáveis nos campos, os quais continuam em avaliação, são os seguintes: Tupi (de 5 a 8 bilhões de Barris de Óleo Equivalente – boe), Iara (de 3 a 4 bilhões de boe), Guará (de 1,1 a 2 bilhões de boe) e Jubarte (de 1,5 a 2 bilhões de boe) totalizaram entre 10,6 e 16 bilhões de boe. Esse volume equivale às reservas provadas brasileiras, em 2008, ou seja, 15,1 bilhões de boe. As reservas provadas de gás natural, contabilizadas em 2008, atingiram 365 bilhões de m³.

Em face dessa nova perspectiva, que refletirá na diminuição significativa do risco das empresas nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás na nova província petrolífera, foi instituída Comissão Interministerial com a finalidade de

estudar e propor as alterações necessárias na legislação e estabelecer um novo marco legal para o setor, que serão detalhados neste Capítulo.

Sobre o setor de exploração e produção de petróleo e gás natural, outras notificações de descobertas de hidrocarbonetos em poços exploratórios foram feitas em 2009. Até novembro de 2009, foram registradas 132 descobertas, sendo 53 em mar e 79 em terra. Dessas notificações, 41 relacionam-se aos blocos marítimos nas Bacias de Santos, Campos e do Espírito Santo. Na província do Pré-Sal destacam-se as descobertas no Prospecto Corcovado, do bloco BM-S-508; e Iguazu, do bloco BM-S-9, ambos na Bacia de Santos. Este último revelou indícios de óleo leve e encontra-se no mesmo bloco onde ocorreram as descobertas de Carioca e Guará. Pode-se destacar, ainda no ano anterior, a declaração de comercialidade do campo Piracucá, no bloco BM-S-7; e a descoberta de gás e condensado em Panoramix, no bloco S-M-674, ambos localizados na Bacia de Santos.

Entraram em operação as plataformas P-51, em 24 de janeiro de 2009, com capacidade de produzir até 180 mil barris/dia de petróleo; e a *Floating Production Storage and Offloading* (FPSO) Cidade de Niterói (unidade flutuante de produção, armazenamento e escoamento), em 26 de fevereiro de 2009, cuja capacidade é de até 100 mil barris/dia. O ingresso dessas plataformas colaborou para o aumento da produção no País, que atingiu a média de 2.070 mil barris/dia, em setembro de 2009. Em 6 de outubro de 2009, a FPSO Cidade de São Mateus, com capacidade de processamento de 25 mil barris/dia de óleo e 10 milhões de m³/dia de gás, iniciou sua produção no campo de Camarupim, no litoral do Espírito Santo, cuja capacidade de produção de gás natural é de 6 milhões de m³/dia.

A produção no Polo Pré-Sal da Bacia de Santos foi iniciada em maio de 2009, por meio da FPSO Cidade de São Vicente, que está realizando o Teste de Longa Duração (TLD) do campo de Tupi. Estão em curso as atividades de perfuração do segundo poço a ser testado naquela área.

Em 2009, iniciou-se também a produção nos campos de Frade (FPSO, com capacidade de processar 150 mil barris/dia e compressão e tratamento de 2,5 milhões m³/dia de gás) e Parque das Conchas (FPSO Espírito Santo, com capacidade de processamento de 100 mil barris/dia e 1.400 mil m³/dia de gás), cada um deles com capacidade de produção de 100 mil barris/dia de petróleo.

Para 2010, prevê-se o início de produção do Piloto de Tupi e do desenvolvimento do Campo Cachalote – Baleia Franca, ambos também com meta de 100 mil barris/dia, bem como do campo de Uruguá – Tambaú (FPSO Cidade de Santos, com capacidade para 35 mil barris/dia). Esses projetos deverão contribuir para que o País alcance a meta de produção de 2,6 milhões barris/dia de petróleo em 2010.

Também está previsto, para 2010, o início das atividades do Piloto de Guará e da produção de gás natural no campo de Mexilhão, por meio da instalação da plataforma do tipo fixa (PMXL-1) com capacidade de 15 milhões de m³ por dia. Cumpre destacar, ainda na área de Exploração e Produção (E&P), os projetos em fase licitatória cujas obras deverão ser iniciadas em 2010, quais sejam: construção das plataformas P-62, para o campo de Roncador; e P-58, para o Parque das Baleias; e os projetos a serem instalados no Pré-Sal, 8 cascos para os FPSOs e 9 das 28 sondas de perfuração.

Além disso, o Governo continuará conduzindo a política para o aumento do conteúdo local de bens e serviços do setor petrolífero, implementada por meio do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp). Essa política

tem possibilitado a reativação da indústria brasileira, em especial a naval, conforme demonstram as encomendas de plataformas e navios feitas no mercado nacional.

b.1) Marco Legal do Setor de Petróleo e Gás

Em março de 2009 foi sancionada a Lei nº 11.909/2009, dispondo sobre o novo marco regulatório do setor de gás natural. Logo após a sanção, o Governo iniciou o processo de discussão da regulamentação da Lei em conjunto com todos os agentes da indústria de gás natural. Paralelamente, foram iniciados estudos para a elaboração do Plano de Expansão da Malha de Transporte de Gás Natural, que norteará os processos licitatórios para a construção de novos gasodutos. A previsão é que a primeira edição do Plano, com horizonte de 10 anos, seja publicada em 2010.

As grandes descobertas na área do Pré-Sal impeliram o Governo a promover o debate sobre a melhor forma de aproveitamento desses recursos por parte do Estado brasileiro. Em agosto de 2009, após serem discutidos com a sociedade brasileira e a partir dos estudos conduzidos pela mencionada Comissão Interministerial criada para estudar e propor as alterações necessárias na legislação e estabelecer um novo marco legal para o setor, foram encaminhados quatro Projetos de Lei (PL) ao Congresso Nacional relacionados à: i) instituição do regime de partilha de produção para as áreas do Pré-Sal (PL nº 5.938, de 2009); ii) criação da Empresa Petro-Sal para representar os interesses da União nos contratos de partilha da produção (PL nº 5.939, de 2009); iii) criação do Fundo Social (PL nº 5.940, de 2009); e iv) permissão à União de ceder onerosamente à Petrobras o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos em áreas não concedidas localizadas no Pré-Sal (PL nº 5.941, de 2009).

A aprovação desses PLs pelo Congresso Nacional viabilizará a realização de políticas governamentais com recursos do Pré-Sal em benefício da sociedade brasileira, contribuindo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Para 2010, uma das principais providências demandadas pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional é a conclusão da tramitação e consequente aprovação desses PLs. Na sequência, serão implementadas as ações necessárias para a regulamentação desses dispositivos legais, bem assim para a implementação da política de conteúdo local para o novo regime de partilha da produção.

b.2) Rodadas de Licitações de Blocos

Está prevista, em 2010, a realização da 11ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios para petróleo e gás natural, segundo o modelo de concessão, e a 1ª Rodada de Licitações de blocos segundo o modelo de partilha da produção, cujo respectivo Projeto de Lei está em tramitação no Congresso Nacional, conforme mencionado na seção anterior. Para a realização da 11ª Rodada de Licitações, a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) já elaborou estudos para a seleção de blocos, os quais serão submetidos à análise e aprovação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

b.3) Infraestrutura de Transporte de Gás Natural

Com relação à expansão da infraestrutura de transporte de gás natural, em 2009, a carteira de projetos monitorados totalizava 4.068 km de novos gasodutos. Desse total, 2.187 km foram concluídos (54%), 1.683 km estão em fase de construção ou testes (41%) e 209 km estão em fase de projeto ou em licenciamento ambiental (5%). Com crescimento de 7,2% em relação ao ano de 2008, a malha de transporte passou de 6.424 km para 7.699 km, em 2009.

Destaca-se, no ano passado, a conclusão da construção e montagem do gasoduto Urucu-Coari-Manaus, que permitirá escoar a produção de gás natural dos polos de Urucu e Juruá para atendimento do mercado do Amazonas, principalmente para a geração de energia elétrica. Esse gasoduto tem 661 km de extensão e capacidade de transporte de até 4,1 milhões de m³/dia. Com a instalação de duas estações de compressão intermediárias entre Urucu e Coari, alcançará 5,5 milhões de m³/dia, a capacidade total contratada, em setembro de 2010. A previsão é que, em 2010, a malha atinja cerca de 9.480 km de extensão.

No ano de 2009, entrou em operação comercial o Gasoduto Japeri-Reduc. O duto apresenta 45 km de extensão e capacidade de transportar 20 milhões de m³/dia. O início de sua operação viabilizou o escoamento da produção de gás natural originário da Bacia de Campos, Gasbol, bem como a integração com o terminal de Gás Natural Liquefeito (GNL) da Baía de Guanabara. De forma similar, este deverá se conectar futuramente com a Bacia do Espírito Santo. Sua relevância se justifica pelo aumento da confiabilidade na oferta de gás para o atendimento às centrais térmicas de geração de energia elétrica localizadas na Região Sudeste.

Ainda em 2009, foi concluído o gasoduto Paulínia-Jacutinga, de 93 km, que terá capacidade de transportar 5 milhões de m³/dia, interligando o Gasoduto Bolívia-Brasil, em Paulínia, no Estado de São Paulo, com o Ponto de Entrega de Jacutinga, no Estado de Minas Gerais, levando o gás natural para o Sul daquela Unidade da Federação.

Em 2010, entrará em operação o gasoduto Gasduc III, de 183 km, que terá capacidade de transportar 40 milhões de m³/dia, aumentando a capacidade de transporte entre Cabiúnas e o Rio de Janeiro, permitindo o fornecimento de gás natural da Bacia do Espírito Santo e o fornecimento de gás novo da Bacia de Campos para o Rio de Janeiro e demais Estados do Sudeste. Está prevista também a possibilidade de transferir o gás proveniente do gasoduto Japeri-Reduc ou do sistema GNL da Baía de Guanabara para a Região Norte Fluminense, com a utilização da estação de compressão de Campos Elíseos.

b.3.1) Implantação de Terminais de Gás Natural Liquefeito (GNL)

Em abril de 2009, foi iniciada a operação do terminal de GNL da Baía de Guanabara/RJ, com capacidade de regaseificação de até 14 milhões de m³/dia, o que permite o atendimento das Usinas Termelétricas Barbosa Lima Sobrinho/RJ, Leonel Brizola/RJ e Araucária/PR.

Com investimento total de R\$ 14 bilhões, dois novos projetos de GNL passaram a integrar a carteira de investimentos, o Terminal de Liquefação de Gás (Offshore) e o Complexo de GNL. O primeiro empreendimento possibilitará o escoamento de 10 milhões de m³/dia (capacidade de 2,5 milhões de toneladas por ano) do gás do cluster do Pré-Sal e tem como objetivo transportar gás tanto para o mercado doméstico como para exportação em uma situação de superávit na oferta. Já o Complexo de GNL será um terminal com módulos de regaseificação, estocagem e liquefação.

b.4) Refino e Petroquímica

No setor de refino, no âmbito do PAC, 11 refinarias existentes receberão investimentos de R\$ 35 bilhões, até 2010, o que resultará em um acréscimo de 100 mil barris por dia à atual capacidade instalada de refino de petróleo. Destacam-se as obras voltadas

para o aumento do processamento de óleo nacional, para a conversão de produtos pesados em derivados leves e para a melhoria da qualidade dos combustíveis, com a adaptação das refinarias para produzirem gasolina e diesel com baixos teores de enxofre, de tal forma a atender às exigências ambientais.

Com investimentos de R\$ 450 milhões, o Polo de Guamaré/RN será adaptado para dar origem à Refinaria Potiguar Clara Camarão, com capacidade atual de refinar 30 mil barris/dia. A Refinaria terá uma expansão da ordem de 20% da atual capacidade do Polo.

Com a capacidade de processar 230 mil barris/dia e investimentos previstos de R\$ 23 bilhões, a Refinaria Abreu e Lima/PE, em associação com a Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA), está projetada para operar a partir de 2012. Em 2009, as negociações avançaram quanto à constituição da empresa que irá operar a nova refinaria. A participação acionária será 60% para a Petrobras e 40% para a PDVSA. O principal produto da Refinaria será o óleo diesel com baixo teor de enxofre.

Além da Refinaria Abreu e Lima, outras duas grandes refinarias serão construídas, em 2010, nos Estados do Maranhão e Ceará. Trata-se das Refinarias Premium I e II, que processarão óleo pesado da Bacia de Campos e produzirão combustíveis de elevada qualidade e com baixíssimos teores de enxofre, atendendo, assim, às crescentes exigências ambientais e às preocupações com a saúde humana. A previsão é que, já em 2013, ambas as refinarias estejam operando com 50% de sua capacidade, sendo que, em 2015, elas atinjam sua capacidade máxima, agregando mais 900 mil barris por dia à capacidade nacional de refino.

Em janeiro de 2009, o Brasil adotou a utilização do diesel S50, com 50 ppm de enxofre, com vistas a atender às metas de emissão de poluentes veiculares no País e ao Programa de Controle de Emissões Veiculares (Proconve). O diesel S50 está sendo introduzido de forma gradual. Os primeiros Municípios a recebê-lo foram São Paulo e Rio de Janeiro, somente em suas frotas cativas de ônibus urbanos. Atualmente, também recebem o diesel S50 as Cidades de Belém, Fortaleza, Recife e Curitiba.

No segmento petroquímico, pode-se destacar dentre os investimentos constantes no PAC o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), projetado para o refino de petróleo pesado (Marlim, ou similares), com capacidade instalada para processamento de 150 mil barris/dia e investimentos previstos, até 2012, de cerca de R\$ 19,2 bilhões, encerrando o ano de 2009 com 11,3% de realização do projeto. Além do Comperj, a Petroquímica Suape, com 37,6% do projeto concluído ao final de 2009, conta com uma previsão de investimentos próxima a R\$ 1,6 bilhão, até 2010.

b.5) Transporte Marítimo de Combustíveis

A ampliação da frota de transporte marítimo de combustíveis foi iniciada em 2007, por meio do Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef). Essa ampliação, que está sendo implementada por meio de duas rodadas do Promef (I e II), resultará na construção de 49 navios para transporte de petróleo e derivados. Até o momento, 23 navios já foram licitados, com investimento previsto superior a R\$ 5,7 bilhões. No âmbito do Promef I está prevista a entrega de 2 navios em 2010 e os demais até 2014. A licitação dos diversos lotes da segunda etapa do Programa deverá ser concluída até o início de 2010, contratando os 26 navios restantes.

b.6) Regulação, Fiscalização e Expansão do Setor de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis

O Governo, por meio da ANP, regulamenta, fiscaliza, autoriza as atividades da indústria do petróleo e a distribuição e revenda de derivados de petróleo e biocombustíveis, gerencia contratos de concessão para exploração e produção de petróleo e gás natural e realiza levantamentos geológicos e geofísicos que subsidiam as licitações de blocos exploratórios e a gestão do acervo de informações sobre bacias sedimentares brasileiras.

Em 2009, foram realizados aproximadamente 186 mil km² de levantamentos geológicos e geofísicos. Com esse resultado, alcançou-se o levantamento de cerca de 10% da área total das bacias brasileiras (7.493.630 km²). Planeja-se realizar, em 2010, prospecção em uma área de 1,3 milhão de km², incluindo as Bacias do Acre/Madre de Deus, Amazonas, Marajó, Ceará, Jacuípe, Cumuruxatiba, Parnaíba, Parecis, São Luís-Bragança, Viseu, São Francisco, Paraná, Araripe e Irecê-Lençóis, dos quais alguns levantamentos já foram iniciados em 2009. As atividades programadas para 2010 têm por objetivo viabilizar a oferta de setores nas próximas licitações de blocos, uma vez que a inexistência de dados sísmicos migrados de bacias terrestres é hoje um dos fatores mais críticos para a oferta competitiva de setores em bacias maduras e bacias interiores.

A ANP cumpriu integralmente as metas propostas para ações de fiscalização de agentes econômicos que atuam no setor de distribuição e revenda de derivados de petróleo e biocombustíveis. No âmbito do monitoramento da qualidade dos combustíveis, o percentual de não-conformidade passou de 2%, em 2008, para 2,5%, em 2009, mantendo-se praticamente inalterado nesses dois últimos anos. Em 2009, foram analisadas 183.860 amostras de combustíveis (etanol, gasolina e diesel), das quais 3.779 foram consideradas não conformes. Para ampliação do número de fiscalizações, em 2010, será dada continuidade à celebração de convênios de cooperação técnica, à abertura e à reestruturação de escritórios da ANP nos Estados, bem como ao uso de novos recursos tecnológicos. Com a intensificação da fiscalização em 2010, de modo a coibir as práticas lesivas ao consumidor, deve-se ultrapassar as 25 mil ações.

A entrada de novos agentes econômicos, tais como postos de gasolina e de revenda de GLP, no mercado de distribuição e revenda de derivados de petróleo e etanol combustível é feita mediante a outorga de autorizações. Por meio da análise de processos de solicitação e de vistorias in loco, são instruídos processos de autorização para entrada no mercado que abrangem, atualmente, cerca de 120 mil agentes. Em 2009, foram outorgadas 5.882 autorizações de agentes econômicos. Em 2010, a expectativa é que outros 9 mil agentes ingressem nesse mercado de distribuição de combustíveis e derivados, tais como postos de gasolina e de revenda de GLP.

As autorizações outorgadas no âmbito da indústria do petróleo possibilitam a ampliação, a construção e o funcionamento de instalações de refino, de processamento de gás, gasodutos e de instalações de biodiesel. Em 2009, foram outorgadas 268 autorizações. No tocante ao biodiesel, a capacidade instalada autorizada, em 2009, foi de 1.831 m³/dia. Em 2010, está prevista a outorga de cerca de 150 autorizações, resultando na entrada de novos agentes para atendimento da demanda nacional de combustíveis e derivados de petróleo e a ampliação da participação de biocombustíveis na matriz energética nacional.

b.7) Biocombustíveis

Em 2009, o País avançou significativamente no planejamento da produção sustentável de cana-de-açúcar e orientação dos investimentos no setor sucroenergético por meio do Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar. Trata-se de um estudo do

clima e do solo das regiões brasileiras para disciplinar a expansão da produção de cana diante da crescente demanda mundial por biocombustíveis e do interesse de empresas nacionais e transnacionais em aportar recursos na produção de etanol no Brasil. Para tanto, foi encaminhado um Projeto de Lei (PL nº 6.077, de 2009) ao Congresso Nacional, estabelecendo regras e diretrizes para a expansão da produção de cana, as quais também servirão de base para a concessão de crédito para o setor. Em 2010, poderá ser concluído o debate que se iniciou a partir desse PL, estabelecendo de forma consensual os limites sustentáveis da produção de etanol a partir da cana-de-açúcar.

Também merece destaque o prosseguimento de estudos e iniciativas com órgãos e governos de outros países – desenvolvidos e em desenvolvimento – objetivando ampliar e diversificar a produção sustentável de biocombustíveis e transformá-los em *commodities* energéticas. Esses avanços são fundamentais para a formação e consolidação de um mercado de biocombustíveis organizado, transparente e competitivo em nível mundial. O Brasil exerce papel de liderança nesse setor, apoiado na participação majoritária dos biocombustíveis no componente renovável de nossa matriz energética, sem similar no mundo.

b.7.1) Biodiesel

O ano de 2009 marcou avanços significativos no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), com a obrigatoriedade da adição do biodiesel ao óleo diesel, pelo segundo ano consecutivo. A mistura compulsória B2 (2% de biodiesel com 98% de diesel de petróleo) passou a vigorar a partir de janeiro de 2008. Em face do sucesso do início do Programa e da conjuntura vigente da oferta e demanda de biodiesel, a mistura B3 foi antecipada para o segundo semestre de 2008, totalizando uma demanda anualizada de 1,3 bilhão de litros de biodiesel. Novas análises permitiram o aumento da mistura para 4% a partir de julho de 2009, representando uma demanda de 1,8 bilhão de litros por ano. Esse exercício, também, foi marcado pela presença da Petrobras Biocombustível (PBio), com a operação de suas plantas de biodiesel em Quixadá/CE, Candeias/BA e Montes Claros/MG, totalizando uma capacidade anual de 325 milhões de litros de biodiesel. Em 2010 serão feitos novos investimentos de ampliação, incluindo a construção de uma usina no Estado do Pará.

Em setembro de 2009, o Banco do Brasil e a PBio assinaram convênio no valor de R\$ 90 milhões destinados aos agricultores familiares, para financiar o cultivo de mamona, girassol e soja destinados à produção de biodiesel. O convênio beneficiará aproximadamente 60 mil agricultores familiares e cooperativas atuantes nos Estados de Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Bahia e Sergipe, por meio da linha de crédito de custeio agropecuário do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Os produtos desses agricultores serão adquiridos para a produção de biocombustível, contribuindo, assim, para a inclusão social desses produtores e para a redução de desníveis regionais, princípios orientadores básicos do PNPB, juntamente com a sustentabilidade.

Em termos de impacto econômico, cabe destacar a redução da importação de diesel e a correspondente economia de divisas da ordem de US\$ 0,6 bilhão, em 2009, com a mistura B3 no primeiro semestre e com a B4 a partir de julho de 2009. O uso compulsório de biodiesel no Brasil já proporcionou a economia de US\$ 1,6 bilhão nos dois primeiros anos do PNPB. Também merece registro o adensamento de uma nova cadeia produtiva, gerando e multiplicando renda e emprego, tanto na fase agrícola e nos mercados de insumos e serviços quanto nas atividades de transporte, armazenamento, mistura e comercialização de biodiesel.

A produção e comercialização de biodiesel alcançou 1,6 bilhão de litros em 2009, volume 37% superior ao verificado em 2008, colocando o Brasil no rol dos principais produtores e consumidores mundiais desse produto, posição que deve avançar em 2010 com a evolução da produção nacional.

De fato, considerando a existência de 45 usinas habilitadas a participar dos leilões da ANP, com capacidade produtiva anual de 3,9 bilhões de litros de biodiesel, e o desempenho das empresas nas entregas do biocombustível necessário às misturas B3 e B4, o CNPE editou, em 26 de outubro de 2009, a Resolução nº 6, antecipando para 1º de janeiro de 2010 a obrigatoriedade da mistura B5, legalmente prevista somente para o início de 2013. Essa medida representa um significativo avanço no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. A nova mistura B5 deve contribuir para elevar a produção de biodiesel para aproximadamente 2,4 bilhões de litros em 2010, reforçando a posição do Brasil na liderança mundial em energias renováveis em escala comercial.

O segundo ano de mistura compulsória de biodiesel proporcionou ganhos na curva de aprendizado em toda a cadeia produtiva. Novos desafios colocam-se para 2010, como a realização de estudos de viabilidade de misturas acima dos 5%, o aumento da produtividade da agricultura familiar, investimentos em pesquisa agrônômica e o desenvolvimento de mecanismos visando diversificar as matérias-primas para produção de biodiesel, no intuito de evitar os efeitos da volatilidade dos preços de algumas commodities agrícolas sobre o consumidor final desse biocombustível.

b.7.2) Etanol

O setor sucroenergético nacional conta com 421 usinas em operação. Na atual safra, ano-base 2009, a área plantada de cana-de-açúcar cresceu 9,5% em relação à anterior, resultando numa produção de 602 milhões de toneladas de cana-de-açúcar. Entretanto, em 2009, a produção de etanol situou-se ao redor de 25,6 bilhões de litros, 5,6% menor do que a verificada em 2008. Isso se deveu ao excesso de chuvas, comprometendo parte da colheita e reduzindo o teor de açúcar da cana processada; e ao aumento da destinação da matéria-prima para fabricar açúcar, cujos preços se tornaram mais atrativos no mercado internacional em face da quebra de safra na Índia.

As exportações de etanol, em 2009, totalizaram cerca de 3 bilhões de litros, volume 42% menor em relação ao ano anterior. A receita cambial resultante das exportações foi de US\$ 1,6 bilhão, tendo como principal destino o mercado norte-americano. Apesar disso, o Brasil ainda ocupa a posição de maior exportador e segundo principal produtor mundial de etanol, atrás apenas dos Estados Unidos.

O mercado interno de etanol superou a marca do ano anterior, com crescimento de 15%, saindo de 20,9 bilhões para 23 bilhões de litros. A expansão do mercado interno de etanol está associada ao aumento da frota de veículos bicombustível (flex-fuel) e à paridade favorável entre o preço do etanol hidratado em relação ao da gasolina para o consumidor final. Os veículos flex-fuel representaram quase 90% do total de veículos leves licenciados no País, em 2009. Desde 2003, já foram comercializados mais de 9,6 milhões de veículos flex-fuel e sua participação estimada na frota de veículos leves é de 33%.

c) Geologia e Recursos Minerais

Dentre as ações realizadas, em 2009, merecem destaque a proposta de novo Marco Regulatório do Setor Mineral e o Plano Duo-Decenal de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. O objetivo da proposta de novo Marco Legal da Mineração, que será encaminhada ao Congresso Nacional em 2010, é fortalecer a ação do Estado no processo de outorga dos direitos de exploração e dos processos regulatórios, garantindo o exercício da soberania sobre o aproveitamento dos recursos minerais do País. Essa proposta, amplamente discutida em 2009 com entidades do setor privado e associações de classe, terá como base um sistema regulatório mais eficaz para a indústria mineral brasileira, removendo os obstáculos que dificultam o desenvolvimento das atividades produtivas e garantindo um melhor aproveitamento dos recursos minerais do território brasileiro. A introdução de critérios específicos para a emissão dos direitos minerários permitirá incentivar um contínuo aproveitamento da jazida, coibindo a chamada “especulação improdutivo de títulos minerários”. Também serão reforçados os papéis institucionais dos agentes públicos do setor, sob a coordenação do MME.

O Plano Duo-Decenal 2010-2030 deverá se constituir em um instrumento fundamental para o planejamento de longo prazo do setor mineral, sendo a base para a formulação de políticas públicas visando ao seu desenvolvimento. O Plano terá revisões quadriênis e detalhamento coincidentes com os períodos dos Planos Plurianuais, obedecendo às premissas de dinamicidade, realismo, atualização tecnológica, agilidade na obtenção da informação e na divulgação dos produtos e continuidade de recursos humanos e financeiros. Em 2009, foram realizados 84 estudos, que irão subsidiar a elaboração do Plano, além da discussão e coleta de propostas. A conclusão do Plano Duo-Decenal está prevista para 2010.

Durante 2009, também houve um significativo avanço no Programa Geologia do Brasil. Até o final de 2010, prevê-se o investimento de mais R\$ 206 milhões no Programa, com estudos geológicos sistemáticos em território nacional e marinho internacional, visando ao mapeamento de bens minerais e à manutenção de áreas estratégicas ao País. Esses recursos, provenientes do PAC, permitirão continuar a produzir informações para o planejamento territorial ordenado e para impulsionar os investimentos na pesquisa mineral.

No ano passado, tiveram início os trabalhos de avaliação dos recursos minerais e da potencialidade da indústria da mineração dos Estados do Amapá, Amazonas, Sergipe e Alagoas, que deverão estar concluídos neste exercício. Ainda em 2010, serão iniciados os estudos nos Estados do Espírito Santo e Maranhão.

O projeto de extensionismo mineral, que cria um ambiente de assistência técnica ao pequeno produtor mineral, atendeu apenas em 2009 mais 20 microrregiões do País. Para 2010, continuarão a ser executados os projetos de capacitação técnica e de empreendedorismo de profissionais que atuam no setor mineral, em especial a capacitação de pequenos produtores com o auxílio do Projeto Capacitação e Ampliação dos Telecentros Minerais.

Ainda neste exercício, será concluído um importante projeto para avaliação de novos depósitos de fosfatos, com o objetivo de ampliar as reservas nacionais e reduzir a dependência externa do Brasil. Esse projeto realiza estudos nos Estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Bahia, Piauí, Minas Gerais, Mato Grosso, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Ceará, Roraima, Pará e Tocantins.

2. Transportes

O Governo vem promovendo nos últimos sete anos um salto qualitativo na gestão dos transportes, reunindo competências e elementos necessários para as realizações vitais ao setor. Ainda existem importantes desafios a serem enfrentados, destacando-se a eficiência dos modais, o desequilíbrio da matriz de transportes, a ampliação do investimento público continuado e o aperfeiçoamento da gestão organizacional. A partir desse diagnóstico estão sendo implementadas ações para criar as condições necessárias à execução dos programas prioritários, dando ênfase: i) à preservação do patrimônio público de transportes; ii) ao atendimento às demandas do crescimento interno e do comércio exterior; iii) à estruturação de corredores estratégicos de transportes para o escoamento da produção e para o turismo; e iv) ao estímulo à maior participação dos modais hidroviário e ferroviário.

A deficiência na infraestrutura de transportes traz graves prejuízos, principalmente para os setores agrícola e industrial, com fretes elevados e perda de produtos, comprometendo a competitividade externa do País, a renda dos produtores e prejudicando os consumidores. As medidas implantadas e em execução visam a corrigir essas distorções, dotando o Brasil de uma infraestrutura de transportes mais eficiente e ambientalmente mais adequada, abrindo caminho para a redução dos custos logísticos do setor produtivo e incentivando o crescimento social e econômico.

Nesse sentido, em 2009, destacam-se a contratação de serviços de manutenção em mais de 24 mil km (Crema, 1ª Etapa) de rodovias pavimentadas; a conclusão da duplicação da Rodovia BR-230/PB, entre João Pessoa e Campina Grande; o avanço das obras das eclusas de Tucuruí/PA; a intensificação do Programa Nacional de Dragagem (PND), que contou este ano com o início da obra em dois portos fluviais (Recife e Rio Grande); e o lançamento de outros onze editais. Em 2010, continuarão em ritmo crescente os investimentos em infraestrutura de transportes, no âmbito do PAC e nas demais ações, com recursos orçamentários da ordem de R\$ 19,2 bilhões, conforme previsto no Projeto de Lei do Orçamento de 2010.

No modal rodoviário, será mantida a ênfase na recuperação e conservação das rodovias e na ampliação da malha, prevendo-se para 2010 a conclusão das seguintes obras:

- BR-020/DF, duplicação Sobradinho-Divisa DF/GO;
- BR-030/BA, acessos da ponte sobre o Rio São Francisco, entre Malhada e Carinhanha;
- BR-040/MG, construção do Viaduto Vila Rica – conclusão dos acessos;
- BR-040/MG, duplicação Trevo de Curvelo-Sete Lagoas;
- BR-070/GO, duplicação Divisa DF/GO-Águas Lindas;
- BR-101/Nordeste, duplicação Natal-Divisa RN/PB;
- BR-101/Nordeste, duplicação Divisa RN/PB-Divisa PB/PE;
- BR-101/RS, duplicação Divisa SC/RS-Osório;
- BR-146/MG, construção Patos de Minas-Araxá;
- BR-153/PR, construção Ventania-Alto do Amparo;
- BR-158/SP/MS, construção da Ponte sobre o Rio Paraná, entre Paulicéia/SP e Brasilândia/MS – conclusão dos acessos;
- BR-163/MS, duplicação da Travessia de Dourados;

- BR-163/MT, construção Guarantã do Norte-Divisa MT/PA, incluindo a Travessia Urbana de Guarantã;
- BR-163/MT, duplicação de travessias urbanas em Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop;
- BR-163/230/PA, construção Miritituba-Entroncamento BR-230;
- BR-163/PR, construção do Contorno de Cascavel;
- BR-226/RN, construção Patu-Divisa RN/CE;
- BR-251/MG, construção Boqueirão-Cangalha, incluindo a Travessia de Unai;
- BR-262/MS, construção do Contorno de Corumbá;
- BR-282/SC, construção São Miguel d'Oeste-Fronteira com a Argentina;
- BR-304/CE, duplicação da Ponte sobre o Rio Jaguaribe, em Aracati;
- BR-364/MG, construção Entroncamento BR-153-Gurinhata;
- BR-364/MT, construção Mundo Novo-Sapezal;
- BR-365/050/MG, construção do Anel Rodoviário de Uberlândia;
- BR-376/PR, construção do Contorno Norte de Maringá;
- BR-450/DE, duplicação Granja do Torto-Entroncamento DF-051 (ParkShopping); e
- Construção do Rodoanel de São Paulo, trecho Sul.

No modal ferroviário, destacam-se para 2010 a realização do leilão e início da implantação do Trem de Alta Velocidade (TAV) – para o transporte de passageiros entre o Rio de Janeiro/RJ – São Paulo/SP – Campinas/SP e a conclusão das seguintes obras:

- Ferrovia Norte-Sul, Tramo Norte: Araguaína-Palmas, no Tocantins;
- Ferrovia Nova Transnordestina: 550 km de remodelação de Cabo/PE-Porto Real do Colégio/AL;
- Construção do Contorno Ferroviário de Araraquara, em São Paulo; e
- Rebaixamento da Linha Férrea em Maringá, no Paraná.

No modal hidroviário, ressalta-se, para 2010, a conclusão de obras de vital importância para o setor, como as eclusas de Tucuruí/PA e de 28 terminais hidroviários na região Amazônica, conforme detalhamento constante na alínea “e” desta Seção.

Em relação ao setor portuário, destacam-se para 2010, além da conclusão de 10 das 19 dragagens incluídas no Programa Nacional de Dragagem (PND), a conclusão das seguintes obras: implantação da Avenida Perimetral no Município de Santos/SP, margem direita (Fase 1); dragagem dos Berços 100 a 103 e dragagem e construção da Retroárea dos Berços 100 e 101 do Porto de Itaqui/MA; recuperação do Berço 201 e o reforço do Berço 101 no Porto de São Francisco do Sul/SC; e a ampliação dos Molhes no Porto de Rio Grande/RS.

a) Transporte Rodoviário

a.1) Manutenção de Rodovias: Conservação; Restauração; Programa Integrado de Revitalização (PIR-IV); e Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas (Procrema)

Atualmente, encontram-se contratados os serviços de conservação preventiva e rotineira em 32.037 km de rodovias pavimentadas ou não pavimentadas. Com relação aos serviços de restauração, em 2009, 4.194 km foram objeto de contratos de serviços de restauração tradicional ou tiveram restaurações realizadas por meio de contratos de adequação de capacidade rodoviária, nos quais são previstos serviços de restauração para pistas existentes.

Visando a reabilitar e manter a integridade física, as condições de trafegabilidade e a segurança na malha rodoviária federal, em 2009, foram recuperados 3,4 mil km de rodovias pavimentadas no âmbito do Programa Integrado de Revitalização (PIR IV), que prevê a realização de obras de recuperação e execução dos serviços de manutenção e conservação rotineira, durante dois anos. Além dessas ações, foi contratada no referido ano, no Programa Crema 1ª Etapa, a execução de obras e serviços durante dois anos ao longo de 24.300 km de rodovias pavimentadas. Para o exercício de 2010, há previsão de contratação de mais 5.521 km no âmbito dos Programas PIR-IV e Crema 1ª Etapa.

Já o Programa Crema 2ª Etapa prevê a realização de obras de recuperação nos primeiros anos e a execução dos serviços de manutenção e de conservação rotineira durante o prazo de cinco anos, correspondente à duração do contrato. Em 2009, foram contratados 107 km de rodovias no Amazonas e está prevista a licitação e contratação de aproximadamente 10 mil km da malha rodoviária brasileira, em 2010, sendo o complemento programado para 2011 com o intuito de atingir a meta global de 32 mil km de rodovias contratadas.

a.2) Sinalização nas Rodovias Federais (ProSinal)

No exercício de 2009, foram sinalizados 9,8 mil km de rodovias federais, sendo 1,1 mil km na Região Norte, 3,9 mil km na Região Nordeste, 1,9 mil km na Região Sudeste, 0,8 mil km na Região Sul e 1,4 mil km na Região Centro-Oeste. Para 2010 está prevista a implementação do Programa ProSinal II, no qual serão sinalizados 8 mil km de rodovias federais pavimentadas.

a.3) Controle de Velocidade

Em 2009, foi concluído o processo licitatório para instalação de 2.696 equipamentos de controle de velocidade. No exercício de 2010 devem ser implantados os seguintes equipamentos para melhoria da segurança nas rodovias federais:

- Região Norte: 60 barreiras eletrônicas, 67 radares fixos e 107 controles de avanço de sinal;
- Região Nordeste: 349 barreiras eletrônicas, 301 radares fixos e 131 controles de avanço de sinal;
- Região Sudeste: 269 barreiras eletrônicas, 289 radares fixos e 157 controles de avanço de sinal;
- Região Sul: 169 barreiras eletrônicas, 199 radares fixos e 34 controles de avanço de sinal; e
- Região Centro-Oeste: 291 barreiras eletrônicas, 250 radares fixos e 23 controles de avanço de sinal.

a.4) Plano Nacional Diretor Estratégico de Pesagem

No ano passado, foram revitalizados e operacionalizados 77 postos de pesagem com balanças fixas e móveis distribuídas estrategicamente nas principais rodovias federais, com o objetivo de coibir o sobrepeso em veículos de carga, evitando a deterioração prematura dos pavimentos. Para 2010 está prevista a entrada em operação de mais 157 postos (94 fixos e 63 móveis).

a.5) Investimentos nos Empreendimentos Rodoviários – Construção e Adequação

Ao longo de 2009 foi realizada a pavimentação de rodovias estratégicas para o escoamento de safras, ampliação da fronteira agrícola e para a integração nacional, além da adequação de rodovias para superar gargalos de infraestrutura nas regiões desenvolvidas. Merecem destaque as seguintes obras, por região:

Região Norte

- BR-156/AP – construção de 309 km entre Ferreira Gomes e Oiapoque, de um trecho com extensão total de 427 km, incluindo a construção da Ponte Internacional (378 m) sobre o Rio Oiapoque, na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. Obra delegada ao Estado do Amapá – pavimentados 60 km entre o Igarapé do Breu e Calçoene (85 km) e em execução 25 km, com conclusão prevista para 2010. A construção da ponte internacional foi iniciada em setembro de 2009 e tem previsão de conclusão em 2010;
- BR-230/PA/TO – construção de Ponte sobre o Rio Araguaia, com 900 m de extensão – concluída boa parte da infraestrutura (70% em novembro), com conclusão prevista para 2010;
- BR-242/TO – construção de 276 km entre Taguatinga e Peixe. Obra delegada ao Estado de Tocantins – pavimentados 50 km entre o km 223 e Peixe (57 km) e a conclusão dos 7 km restantes está prevista para 2010;
- BR-319/AM/RO – construção de 685 km entre Manaus/AM e Porto Velho/RO – pavimentados 8 km entre Manaus e o km 250 e em execução 15 km, com conclusão do subtrecho prevista para 2010. Pavimentados 68 km no subtrecho entre o entroncamento com a BR-230 e Porto Velho (221 km), com conclusão do subtrecho prevista para 2010; e
- BR-364/AC – construção de 342 km entre Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, de um trecho com extensão total de 496 km. Obra delegada ao Estado do Acre, com previsão de conclusão para 2010.

Região Nordeste

- BR-030/BA – construção de acessos (6,3 km) à Ponte sobre o Rio São Francisco, entre Malhada e Carinhanha – em execução, com conclusão prevista para março de 2010;
- BR-101/Nordeste – duplicação Natal/RN-Divisa PE/AL – pavimento em concreto:
 - Trecho Rio Grande do Norte, com 81 km de extensão – obras iniciadas, envolvendo a construção de pista nova e recuperação da pista velha. Atualmente, encontram-se construídos 45 km e em execução 36 km, com conclusão do trecho prevista para 2010;
 - Trecho Paraíba, com 129 km de extensão – está prevista a conclusão das pistas novas da Divisa RN/PB até Lucena (74 km) no primeiro semestre de 2010 e previsão dos 55 km restantes até o fim deste exercício;
 - Trecho Pernambuco, com 195 km de extensão e o contorno de Recife – 97,5 km foram concluídos em 2009. A maioria dos subtrechos tem conclusão prevista para 2010, com exceção do Contorno de Recife e subtrecho Palmares-Divisa PE/AL, que tem término previsto para 2011;
- BR-135/MA – duplicação de 15 km no acesso ao Porto de Itaqui – obras iniciadas em 2009, com conclusão prevista para 2010;
- BR-135/PI – construção de 140 km entre Jerumenha e Eliseu Martins – encontram-se pavimentados 54 km no subtrecho entre Jerumenha e Bertolínea, estando prevista a conclusão do trecho restante em 2010;

- BR-226/RN – construção de 40 km entre Patu e a Divisa RN/CE, de um trecho com extensão total de 70 km. Obra delegada ao Estado do Rio Grande do Norte – pavimentados 7 km e em execução 33 km, com conclusão de toda a obra prevista para 2010;
- BR-230/PB – duplicação de 112 km entre João Pessoa e Campina Grande – obra concluída em maio de 2009;
- BR-304/CE – duplicação de Ponte (0,5 km) e seus Acessos (2,6 km) sobre o Rio Jaguaribe, em Aracati – em execução, com conclusão prevista para 2010; e
- BR-324/BA – construção da Via Expressa ao Porto de Salvador, com 4,3 km de extensão, além de 23 km de pista de rolamento. Obra delegada ao Estado da Bahia – obras iniciadas em junho de 2009, com previsão de conclusão em 2011.

Região Sudeste

- BR-040/MG – construção de acessos (3,3 km) ao Viaduto Vila Rica – em execução, com conclusão prevista para 2010;
- BR-040/MG – duplicação de 49 km entre o Trevo de Curvelo e Sete Lagoas – já estão construídos 52 km de pavimento e em execução 6 km, com conclusão de toda a obra prevista para 2010;
- BR-101/RJ – duplicação de 29 km entre Santa Cruz e Mangaratiba, incluindo o acesso ao Porto de Itaguaí – construídos 17 km de pavimento e restante em execução, com conclusão de toda a obra prevista para 2010;
- BR-146/MG – construção de 61 km entre Patos de Minas e Araxá – pavimentados 8 km e em execução 4 km, com conclusão de toda a obra prevista para 2010;
- BR-262/MG – duplicação de 83 km entre Betim e Nova Serrana – em execução, com conclusão prevista para 2010;
- BR-364/MG – construção de 146,6 km entre o Entroncamento com a BR-153 e Gurinhatã – pavimentados 25 km e conclusão do restante prevista para 2010;
- BR-365/050/MG – construção do Anel Rodoviário de Uberlândia, com extensão total de 21 km – pavimentados 3 km e em execução os 5 km restantes, com conclusão de toda a obra prevista para 2010; e
- Construção de 61,5 km do Rodoanel de São Paulo – Trecho Sul. Obra executada pelo Estado de São Paulo – construídos 17 km e em execução 44,5 km, com conclusão de toda a obra prevista para 2010.

Região Sul

- BR-101/Sul – duplicação Palhoça/SC-Osório/RS:
 - Trecho Santa Catarina, com 249 km de extensão – previsão da conclusão da pavimentação e da escavação do Túnel do Morro Agudo para 2010. Em estudos e projetos: Túnel do Morro dos Cavalos, do Morro do Formigão e a Travessia da Lagoa do Imaruí;
 - Trecho Rio Grande do Sul, com 72 km de extensão – concluído o elevado da Várzea de Maquiné e 34,5 km de Torres até Aguapés. Previsão da conclusão da pavimentação e da construção do Túnel do Morro Alto para 2010; e
- BR-282/SC – construção de 30 km entre São Miguel d'Oeste e Paraíso (próximo à fronteira com a Argentina) – pavimentação e execução de 4 pontes e seus acessos com conclusão prevista para 2010.

Região Centro-Oeste

- BR-020/DF – duplicação de 44,1 km entre o Posto Colorado e a Divisa DF/GO, com extensão total de 58 km. Obra delegada ao Distrito Federal – construídos mais de 30 km de pavimento, com conclusão de toda a obra prevista para 2010;
- BR-070/GO – duplicação de 27 km e construção de 17 km de pista nova entre a Divisa DF/GO e Águas Lindas – construídos 14,5 km de pavimento e em execução 9,3 km, com conclusão de toda a obra prevista para 2010;
- BR-163/MS – duplicação de 12 km na Travessia Urbana de Dourados, com extensão total de 27 km – construídos 7 km de pavimento e em execução 5 km, com conclusão de toda a obra prevista para 2010;
- BR-163/MT – duplicação de travessias urbanas em Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop, com extensão total de 36 km. Obra delegada às Prefeituras Municipais – construídos 20 km e em execução 16 km, com conclusão prevista para 2010;
- BR-262/MS – construção de 12 km do Contorno de Corumbá – pavimentados 11 km e em execução 1 km, com conclusão prevista para janeiro de 2010;
- BR-364/MT – construção de 107 km entre Mundo Novo e Sapezal. Obra delegada ao Governo do Mato Grosso – pavimentados 68 km, em execução 39 km de pavimentação e a Ponte sobre o Rio Papagaio, com conclusão prevista para 2010; e
- BR-450/DF – adequação de capacidade Granja do Torto – Entrada DF-051 ParkShopping, com extensão total de 15,6 km. Obra delegada ao Distrito Federal – construídos 13 km de pavimento e a conclusão de toda a obra está prevista para 2010.

b) Concessões Rodoviárias

Em 2009, foram iniciadas as operações pela concessionária do trecho da BR-116/324/BA, Salvador-divisa BA/MG, em outubro de 2009, prevendo-se, para 2010, investimentos da ordem de R\$ 179 milhões.

Para 2010 estão previstas as seguintes ações:

- 3ª Etapa de Concessões – Fase I: a realização do leilão das rodovias BR-040/DF/GO/MG (Brasília-Juiz de Fora), BR-116/MG (Divisa BA/MG-Divisa MG/RJ) e BR-381/MG (Belo Horizonte-Governador Valadares), com extensão total de 2.054,5 km; e
- 3ª Etapa de Concessões – Fase II: concluídos os estudos e prevista para 2010 a realização do leilão das rodovias BR-101/BA (Feira de Santana-Divisa BA/ES), BR-101/ES (Divisa BA/ES-Divisa ES/RJ) e BR-470/SC (Navegantes-Divisa SC/RS), com extensão total de 1.608 km.

c) Transporte Interestadual e Internacional de Passageiros

Em abril de 2009, foi finalizada a consulta pública no âmbito do Projeto da Rede Nacional de Transporte Interestadual de Passageiros (Propass Brasil), em todas as regiões do País, com a finalidade de reestruturar o transporte rodoviário regular, focado na qualidade dos serviços, na modicidade tarifária e no aprimoramento do modelo de gestão e controle.

Os estudos preliminares de suporte ao novo Plano Geral de Outorgas (PGO) foram concluídos. O PGO visa à licitação dos serviços regulares de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros. A publicação do edital está prevista para 2010.

d) Transporte Ferroviário

Em relação à Ferrovia Nova Transnordestina, em 2009, foi iniciada a execução de 54 km entre Trindade/PE-Eliseu Martins/PI, de um total de 420 km e mais 163 km no trecho Salgueiro/PE-Trindade/PE, totalizando 217 km neste exercício. Em 2010, está previsto o início das obras no restante do trecho Trindade/PE-Eliseu Martins/PI (366 km), no trecho Salgueiro/PE-Porto de Suape/PE (522 km), e Missão Velha/CE-Porto de Pecém/CE (527 km), além da conclusão dos segmentos Salgueiro/PE-Trindade/PE (163 km), Missão Velha/CE-Salgueiro/PE (96 km) e da remodelação do trecho Cabo/PE-Porto Real do Colégio/AL (550 km).

Com relação à Ferrovia Norte-Sul, registra-se:

- Tramo Norte/TO: construção de 358 km entre Araguaína e Palmas: construídos 70 km de ferrovia e em execução 132 km, com conclusão de todo o tramo prevista para abril de 2010;
- Tramo Central/TO/GO: construção de 575 km entre Palmas/TO e Uruaçu/GO. Situação: em execução 363 km de ferrovia; e
- Tramo Sul/GO: construção de 280 km entre Uruaçu e o Porto Seco de Anápolis. Situação: em execução 280 km de ferrovia.

Dentre as demais obras em execução, destacam-se:

- Contorno Ferroviário de Araraquara/SP (39 km): 20% dos serviços executados, com conclusão prevista para agosto de 2010;
- Rebaixamento da Linha Férrea de Maringá/PR (5,8 km): 80% dos serviços executados, com conclusão prevista para setembro de 2010;
- Contorno Ferroviário de São Francisco do Sul/SC (8,3 km): obras iniciadas em outubro de 2009; e
- Contorno Ferroviário de Joinville/SC (19 km): obras iniciadas em outubro de 2009.

Os principais trechos ferroviários em análise são:

- Ferrovia de Integração Oeste-Leste (1.490 km): Figueirópolis/TO-Ilhéus/BA;
- Ferrovia de Integração Centro-Oeste (1.500 km): Uruaçu/GO-Vilhena/RO;
- Conexão da Ferrovia Nova Transnordestina com a Ferrovia Norte-Sul (400 km): Eliseu Martins/PI-Estreiro/MA;
- Extensão da Ferrovia Norte-Sul (700 km): Barcarena/PA-Açailândia/MA;
- Conexão Ferrovia Norte-Sul com Ferrovia do Pantanal (220 km): Estrela d'Oeste/SP-Panorama/MS;
- Ferrovia do Pantanal (750 km): Panorama/SP-Porto Murtinho/MS;
- Ferrovia do Frango (620 km): Itajaí/SC-Chapecó/SC; e
- Ferrovia Litorânea (236 km): Imbituba/SC-Araquari/SC.

A Consulta Pública sobre a implantação do Trem de Alta Velocidade (TAV) foi encerrada, em outubro de 2009, e foram disponibilizados, em dezembro de 2009, as minutas de edital de licitação e contrato de concessão para a realização de audiências

públicas, em 2010. O TAV fará o transporte de passageiros entre as cidades do Rio de Janeiro/RJ-São Paulo/SP-Campinas/SP (511 km – traçado referencial). Para 2010, estão previstos a realização do leilão e o início das obras.

e) Transporte Hidroviário

Em 2009, as principais ações implementadas no subsetor hidroviário foram: i) a manutenção das condições de navegabilidade das hidrovias, com a realização dos serviços de manutenção em 6,4 mil km de vias navegáveis nos principais rios federais, com execução de sinalização, balizamento, destocamento e retirada de obstáculos; ii) a continuidade da construção das obras de transposição da barragem de Tucuruí, no rio Tocantins (Pará), atualmente com 87% de execução física acumulada; e iii) a construção de terminais hidroviários na Região Amazônica.

Para 2010, espera-se a conclusão dos 28 terminais fluviais na Região Amazônica, sendo 24 no Estado do Amazonas (Autazes, Benjamim Constant, Boca do Acre, Borba, Coari, Fonte Boa, Humaitá, Itacoatiara, Lábrea, Manacapuru, Manaquiri, Manicoré, Maués, Santa Isabel, São Raimundo, Tefé, Urucurituba, Santo Antônio do Içá, Novo Airão, Urucará, São Paulo de Olivença, Tonantins, Nova Olinda do Norte e terminal pesqueiro de Manaus), 3 no Pará (Breves, Monte Alegre e Santarém) e 1 em Rondônia (Porto Velho-Cai n'Água).

A conclusão das obras das eclusas de Tucuruí também está prevista para 2010. O término dessa obra – composta por duas eclusas e um canal intermediário – visa a restabelecer a navegação comercial numa extensão de 780 km, interrompida há mais de 20 anos devido à construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, permitindo dessa forma o aumento da eficiência de escoamento da produção agrícola e mineral de áreas com grande potencial econômico.

f) Fomento à Indústria Naval

A partir de 2003, foi implementada uma nova política governamental para a indústria naval, com o objetivo primaz de restabelecer o papel da indústria no processo de crescimento sustentado do País, cujos investimentos haviam sido vertiginosamente reduzidos desde o final da década de 70. Por meio de inovações no marco legal e da criação de mecanismos de financiamentos e investimentos públicos, em parceria com o setor privado, estão sendo viabilizados projetos de construção de embarcações de longo curso, cabotagem, apoio marítimo, navegação fluvial, além da construção e modernização de estaleiros. A intensificação do fluxo de comércio internacional e a perspectiva promissora ensejada pelo Pré-Sal deverão incrementar toda a cadeia produtiva da indústria nos próximos anos.

O Fundo da Marinha Mercante (FMM), resgatado nos últimos seis anos, é hoje o mais importante vetor de recuperação por que passa esse segmento no Brasil, registrando um aumento crescente no volume de financiamento à indústria naval. O FMM foi incluído no PAC sob a forma do “Programa de Financiamento do Fundo da Marinha Mercante às empresas brasileiras para construção de embarcações e de unidades industriais para a construção naval”. O FMM tem atualmente uma carteira de 515 projetos considerados prioritários. Os 245 já contratados desde 2007, envolvendo a garantia de R\$ 10,55 bilhões para financiamento de projetos até 2010, apresentam a seguinte situação: 113 embarcações concluídas; 98 embarcações e 2 estaleiros em construção (Atlântico Sul – Suape/PE e Navship – Navegantes/SC); e 32 embarcações contratadas. Os 270 projetos restantes aguardam contratação (253 embarcações e 17 estaleiros), representando um investimento total de R\$ 22,77 bilhões. Em 2009,

destacam-se como principais resultados: o avanço na execução dos Estaleiros Navship (97% de realização, sendo 22% em 2009) e Atlântico Sul (86% realizados, sendo 42% em 2009).

Importante mencionar a aprovação da Resolução nº 3.828, de 17 de dezembro de 2009, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que fixa as condições financeiras diferenciadas de financiamento, considerando os percentuais para os conteúdos nacionais e importados das embarcações a serem construídas com recursos do FMM. Os itens com conteúdos nacionais pagarão, na ponta, para os armadores, juros mais baixos do que os importados, de modo que haja uma maior nacionalização dos componentes da indústria naval brasileira. Essa resolução também detalhou os intervalos das taxas de juros que serão cobradas nas operações de crédito para a construção de rebocadores, empurradores e embarcações de transporte de passageiros.

g) Planejamento e Gestão

Em 2009, foram desenvolvidos os estudos para atualização da base de dados georreferenciada, a compatibilização metodológica dos modelos de macroeconomia e simulação de transportes e a atualização das projeções de carga geral do “Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT)”. A pesquisa-piloto e a coleta de dados de 24 indicadores pré-selecionados para o desenvolvimento da “Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes” foram iniciadas em novembro de 2009. O objetivo da pesquisa e da coleta de dados é avaliar o desempenho dos programas do Plano Plurianual (PPA), no âmbito do Ministério dos Transportes.

h) Infraestrutura Portuária

Em relação à formulação e à priorização dos investimentos públicos na infraestrutura portuária, no ano de 2009, merecem destaque a conclusão dos serviços e obras de Dragagem de Aprofundamento do Canal de Acesso ao Porto de Itaguaí/RJ (1ª fase) e a Construção da Rampa Roll-On Roll-Off em Vila do Conde/PA. Outras ações relevantes no último exercício foram:

- o avanço das seguintes obras em andamento com seu respectivo percentual de execução física acumulado: implantação da Avenida Perimetral na Margem Direita no Porto de Santos/SP – fase 1 (92,1% realizados e inaugurada a alça 1 – viaduto do Paquetá); ampliação dos Molhes do Porto de Rio Grande/RS (90% realizados); construção de cais para contêineres no Porto de Maceió/AL – 3ª fase (54,71% realizados); recuperação do Berço 201 no Porto de São Francisco do Sul/SC (57% realizados); e reforço do Berço 101 no Porto de São Francisco do Sul (32% realizados);
- obras cujos processos licitatórios se encontram em andamento: ampliação e adequação do Terminal Salineiro de Areia Branca/RN; recuperação, alargamento e ampliação do Cais Comercial do Porto de Vitória/ES; e implantação da Avenida Perimetral no Porto de Santos/SP, margem direita (fase 2); e
- obras iniciadas em 2009: ampliação do Píer Principal de Vila do Conde/PA; conclusão da construção do Porto de Luís Correia/PI; dragagem dos Berços 100 a 103 e da retroárea dos Berços 100 e 101 no Porto de Itaqui/MA; construção do Berço 100, alargamento do Cais Sul e ampliação do Porto de Itaqui/MA.

Em 2009, ocorreu a intensificação do Programa Nacional de Dragagem (PND), que tem por objetivo adequar a profundidade e a geometria do canal de acesso e da bacia de evolução de 17 portos, capacitando-os a receber navios de maior porte,

aumentando sua competitividade e sua capacidade de movimentação de cargas. Foram iniciadas também as obras em dois Portos – Recife e Rio Grande –, e lançados outros onze editais, sendo que nove licitações já foram concluídas: Santos – dragagem, Aratu, Salvador, Rio de Janeiro, Natal, Angra dos Reis, Vitória, Suape – Ilha de Tatuoca, São Francisco do Sul. Dessas, já contam com a primeira ordem de serviço para mobilização dos equipamentos emitida as dragagens de Santos, Rio de Janeiro e Angra dos Reis.

Para 2010, ressalta-se, além da conclusão de 10 das 19 dragagens incluídas no PND (Recife, Rio Grande, Salvador, Aratu, Natal, Angra dos Reis, Itaguaí, Cabedelo, Suape – Ilha de Tatuoca e Itajaí), a conclusão das seguintes obras: implantação da Avenida Perimetral no Município de Santos/SP, margem direita (fase 1); dragagem dos Berços 100 a 103 e Dragagem e da Retroárea dos Berços 100 e 101 do Porto de Itaqui/MA; recuperação do Berço 201 e o reforço do Berço 101 no Porto de São Francisco do Sul/SC; e a ampliação dos Molhes no Porto de Rio Grande/RS. Ainda neste exercício está programada a realização de licitações para a construção do Berço 108 de Itaqui/MA e a modernização do Cais Público do Porto Novo de Rio Grande/RS.

No que se refere à política do sistema portuário brasileiro, em 2009, deu-se início às ações do “Porto sem Papel”, projeto que tem a finalidade de desenvolver os sistemas “Concentrador de Dados Portuários” e “Portal de Informações Portuárias”, permitindo a troca eletrônica de dados entre os intervenientes, a padronização de documentos e a consequente redução do tempo para as anuências. O resultado desse projeto será a diminuição dos custos e a racionalização da burocracia dos processos portuários, estabelecendo um documento virtual único que vai processar e distribuir, em tempo real, as informações necessárias ao funcionamento do setor.

Complementarmente, foi elaborado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e aprovado pela Secretaria Especial de Portos, por meio da Portaria nº 257, de 17 de setembro de 2009, o Plano Geral de Outorgas (PGO), que visa identificar áreas propícias à instalação de portos públicos e de terminais de uso privativo, levando em consideração a demanda por carga, a interação com outros modais de transporte e as condições físicas da região, como a profundidade e as condições da costa.

Para 2010, estão previstos, além da continuidade e desdobramentos da implementação das ações mencionadas (como “Porto sem Papel” e PGO), a implementação do Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP), que tem por objetivo dotar o sistema portuário brasileiro do instrumento de planejamento estratégico, ou seja, Planos Diretores a curto, médio e longo prazos. Importante mencionar que, também no exercício de 2010, em parceria com as Companhias Docas, se dará prosseguimento ao aprimoramento dos mecanismos de gestão nos portos marítimos brasileiros, priorizando a realização de obras e serviços de construção, a melhoria da infraestrutura portuária e segurança dos portos e a implantação do novo modelo de gestão – Gestão Portuária por Resultados (GPPR). Com isso, pretende-se que o Setor Portuário Público passe a adotar uma postura mais empreendedora, voltada para o cidadão como cliente, buscando padrões ótimos de eficiência, eficácia e efetividade, com ética e transparência.

3. Aviação Civil e Infraestrutura Aeroportuária

A Política Nacional de Aviação Civil (PNAC), formulada pelo Conselho de Aviação Civil (Conac), foi aprovada pelo Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009, após processo de discussão e consulta pública. O instrumento atribuiu à Secretaria de Aviação Civil do Ministério da Defesa (SAC/MD) o dever de acompanhar a implementação da PNAC por parte dos órgãos e entidades responsáveis pela gestão, regulação e fiscalização da aviação civil, da infraestrutura aeroportuária civil e da infraestrutura de

navegação aérea civil. Além dessas ações, em relação às iniciativas para o aprimoramento da política no setor aéreo, o Conac, em 2009, publicou oito Resoluções, com destaque para a Resolução do Conac nº 005/2009, que aprovou proposta legislativa que altera o regime de prestação dos serviços aéreos e para a Resolução nº 008/2009, que aprovou o Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil contra Atos de Interferência Ilícita (Pnavsec).

Também em 2009, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) publicou o Plano Aeroviário Nacional (PAN 2009/2013), no intuito de balizar o planejamento da infraestrutura aeroportuária, auxiliando na identificação dos investimentos necessários para o setor. O Plano contempla investimentos em uma Rede de Aeroportos de Interesse Nacional e os respectivos Programas Complementares e se apresenta em consonância com as Resoluções estabelecidas pelo Conac e as diretrizes da PNAC. Em relação à regulação da aviação civil, a Agência atuou novamente estimulando a concorrência entre as empresas aéreas e limitando a movimentação em aeroportos com capacidade saturada.

Em relação ao tráfego aéreo, o crescimento do movimento de passageiros superou as estimativas para 2009. Foi observado um crescimento de aproximadamente 12% no fluxo de passageiros transportados no País, comparativamente ao ano de 2008. Por sua vez, a demanda por voos internacionais não apresentou variação significativa no ano, tendo sido reduzida, no primeiro semestre, pela crise econômica mundial, porém apresentando recuperação de aproximadamente 6% no segundo semestre.

Grande parte desse crescimento foi impulsionada pela liberdade tarifária, que já vigorava nos voos domésticos e foi adotada para voos do Brasil para a América do Sul, em 2008. A liberdade tarifária permitiu a ampliação da concorrência e favoreceu a queda de preços nas passagens aéreas. Até então, as passagens tinham de obedecer a um preço mínimo, inibindo a realização de promoções, o que contrariava o art. 49 da Lei nº 11.182, de 2005, bem como a PNAC. Essa medida foi gradativamente ampliada em 2009 para todos os voos internacionais, sendo que a liberdade tarifária total está prevista para abril de 2010.

No campo técnico, a segurança operacional dos serviços aéreos e da aviação geral permanece como prioridade dentro do trabalho cotidiano do Sistema de Aviação Civil. Consolidou-se, assim, o foco setorial em torno do trinômio segurança-regularidade-pontualidade. Os resultados obtidos são relevantes: o número de acidentes da aviação geral apresentou, em 2009, queda de 23% em relação ao ano anterior.

Na área de Certificação destaca-se a emissão do Certificado de Homologação de Tipo, da Aeronave EMB-505, de fabricação nacional, o que permitiu a sua certificação em outros países, impulsionando a exportação de aeronaves produzidas pela indústria brasileira. Nesse sentido, foram emitidos 270 certificados de aeronavegabilidade de novas aeronaves destinadas tanto à exportação quanto ao mercado interno e mantidos 29 acordos internacionais relacionados à certificação de produtos. Na aeronavegabilidade continuada, 20 oficinas de manutenção foram certificadas em 2009 e 466 novos certificados de aeronavegabilidade foram emitidos para aeronaves importadas para o Brasil. Já a atividade de vigilância continuada envolveu a realização de 1.088 vistorias de aeronaves e 713 auditorias em organizações de manutenção de empresas aéreas e oficinas.

Empenhada na ampliação e consolidação de uma política de capacitação e desenvolvimento de pessoas para a aviação civil, a ANAC assinou, em setembro de 2009, o Protocolo de Intenções do Polo de Capacitação Aeronáutica, em São José dos Campos/SP, o terceiro projeto do gênero desenvolvido com apoio dos governos estaduais, com o objetivo de preparar os profissionais para suportar as demandas futuras da indústria do setor.

Em relação à interação do Governo com a sociedade civil, foram realizados mais de 30 processos de consulta à sociedade, representando um aumento de mais de 100% em relação a 2008. Ressalta-se, ainda, o lançamento do Espaço do Passageiro, uma página na Internet na qual o usuário pode conferir notas às companhias com voos regulares em diferentes quesitos de qualidade de seus serviços. O objetivo da nova página é fazer com que os usuários possam ver a avaliação de outros passageiros sobre as companhias aéreas, de modo que essa informação o ajude a escolher a companhia aérea de sua próxima viagem.

No que tange à aquisição de aeronaves, o Banco do Brasil e o BNDES financiaram conjuntamente o montante de R\$ 453 milhões para que as empresas Azul Linhas Aéreas e Trip Linhas Aéreas adquirissem oito aeronaves Embraer. É a primeira vez que bancos brasileiros financiam aeronaves brasileiras para companhias aéreas nacionais.

Para o ano de 2010, destacam-se as seguintes iniciativas referentes à regulação do setor:

- regulamentação das operações aéreas com Código Compartilhado (*code share*) – uma forma de contrato entre empresas aéreas para transporte de carga ou passageiro que possibilita duas empresas compartilharem a execução do serviço de transporte aéreo, com a divisão de custos e de receitas da operação e a ampliação do seu espectro de atendimento;
- revisão do modelo de outorga de serviços aéreos, conforme orientação exarada pelo TCU, a fim de que contemple todas as obrigações e direitos dos prestadores de serviços aéreos;
- regulamentação de subsídios para incentivo à aviação civil, mediante regulamentação de fomento do serviço aéreo, fruto da revisão do modelo de outorga de serviços aéreos, que proporcionará a vantagem de ampliação do mercado, com novas rotas para atendimento aos usuários finais, maior capilaridade e conectividade para pontos remotos, aumento da concorrência e consequente redução de tarifas; e
- regulamentação da cobrança de valores adicionais às tarifas aéreas, diminuindo a assimetria de informações para o consumidor e proporcionando melhores formas de comparação dos serviços ofertados.

Os resultados dos trabalhos que vêm sendo executados foram verificados, em maio de 2009, quando o Brasil recebeu auditoria da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), que elevou de 62,6% para 87,3% a avaliação do País no cumprimento das normas internacionais. A média mundial entre os países auditados pela OACI é de 58%. De acordo com a Organização, o Brasil ocupa o 9º lugar entre todos os países auditados e, considerando-se somente os integrantes do G-20, a posição brasileira é o 5º lugar.

Ainda no ano de 2009, a *Federal Aviation Administration (FAA)*, órgão regulador nos Estados Unidos, concedeu 100% de aprovação à aviação brasileira, nas áreas de Aeronavegabilidade, Segurança Operacional e Habilitação da ANAC. Isso significa a manutenção do Brasil na 1ª Categoria dos países que mantêm tráfego aéreo com os Estados Unidos, habilitando as empresas brasileiras a voarem para aquele país sem restrições.

O Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro vem sendo modernizado pelo Comando da Aeronáutica, com vistas a aprimorar a sua capacidade tecnológica e operacional, que elevará a segurança dos usuários dos serviços de transporte aéreo, visando ainda ao atendimento da demanda média de crescimento do tráfego aéreo no País e melhor monitoramento do espaço aéreo brasileiro. Está sendo implementada a moderna concepção de apoio à navegação aérea, advinda dos novos conceitos Comunicação, Navegação e Vigilância/Gerenciamento do Tráfego Aéreo (CNS/ATM) elaborados pela Organização da Aviação

Civil Internacional (OACI), tendo em vista a necessidade de alcançar melhores índices de segurança e eficiência, diante da evolução tecnológica da aviação civil em todo o mundo e a projeção de crescimento do tráfego aéreo para as próximas décadas.

Destaca-se ainda a implantação do Sistema de Gerenciamento Integrado de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Sigipaer), que permitirá a coleta e recuperação de dados de acidentes aeronáuticos e veiculação de documentos, o controle das ações preventivas, a produção e distribuição de relatórios, o gerenciamento completo dos processos de investigação, a análise e a projeção de estatísticas e a integração de todos os elos do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Sipaer). Está prevista para 2010 a implantação da fase 3 do Laboratório de Leitura de Dados de Gravadores de Voo (Labdata), que permitirá a extração e leitura de informações de equipamentos gravadores de voo, danificados em função de acidente aeronáutico.

No que tange à gestão aeroportuária, a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) prosseguiu, em 2009, com a implementação dos investimentos necessários à operação e manutenção de 67 aeroportos e 80 Estações de Apoio à Navegação Aérea, que respondem por mais de 97% do tráfego aéreo brasileiro. Sua rede conta também com 33 Terminais de Logística de Carga, que operam a carga nacional importada e exportada pelo modal aéreo, integrada a outros modais. Essa estrutura tem por principal desafio compatibilizar o crescente aumento da demanda de passageiros com a manutenção do conforto e da segurança de todos os que utilizam os terminais administrados pela Empresa.

Dentre os resultados obtidos no ano de 2009, destacam-se:

- publicação do edital para licitação internacional do projeto executivo do Terminal de Passageiros III do Aeroporto de Guarulhos/SP;
- conclusão das obras de reforma e adequação do Terminal de Passageiros do Aeroporto de Boa Vista/RR, da Torre de Controle e do Terminal de Cargas do Aeroporto de Fortaleza/CE, além de diversas obras de modernização no Terminal de Passageiros do Aeroporto do Galeão/RJ; e
- elaboração do Projeto Básico de construção do novo Terminal de Passageiros do Aeroporto de Santarém/PA.

Dos empreendimentos em andamento e com avanços em 2009, destacam-se a continuidade da execução das obras das torres de controle do Aeroporto de Congonhas, dos sistemas de pistas e pátios de aeronaves dos aeroportos do Galeão e São Gonçalo do Amarante/RN e do estacionamento do Aeroporto de Confins, bem assim os projetos de engenharia dos terminais de passageiros dos Aeroportos de Brasília, Galeão, Confins/MG e Manaus/AM; do pátio de aeronaves do Aeroporto de Curitiba/PR; e do sistema de pistas do Aeroporto de Campinas/SP.

Para o exercício de 2010, está previsto o desenvolvimento de um conjunto de outras obras que visam a dotar os aeroportos das cidades que serão sede da Copa 2014 das condições necessárias à demanda projetada para a época do evento e a execução de diversos empreendimentos do PAC, conforme se segue:

- conclusão das obras do sistema de pistas e pátio de aeronaves dos Aeroportos de São Gonçalo do Amarante, Campinas (pista de táxi) e Parnaíba/PI; do terminal de cargas do Aeroporto do Galeão; da torre de controle do Aeroporto de Congonhas/SP, da expansão do estacionamento do Aeroporto de Confins e a conclusão da instalação dos conectores do Aeroporto de Recife/PE;
- início das obras dos terminais de cargas dos Aeroportos de Curitiba e Porto Alegre e do pátio de aeronaves do Aeroporto de Curitiba;

- conclusão da elaboração dos projetos de engenharia dos terminais de passageiros dos Aeroportos de Brasília, Galeão, Confins, Fortaleza, Foz do Iguaçu, Manaus e Teresina; dos sistemas de pistas e pátios de aeronaves dos Aeroportos de Curitiba e Viracopos; do terminal de cargas do Aeroporto de Vitória e do 2º viaduto de aeronaves do Aeroporto de Brasília; e
- início da elaboração dos projetos executivos de construção dos novos terminais de passageiros dos aeroportos de Guarulhos (TPS III) e Florianópolis e da reforma do terminal de passageiros de Cuiabá.

Além dessas, várias ações têm sido implementadas visando à retomada e conclusão das obras paralisadas nos Aeroportos de São Paulo/Guarulhos, Goiânia, Vitória e Macapá. Para essa retomada, a Infraero estabeleceu parcerias com o Exército Brasileiro e com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT), para que essas instituições colaborem na conclusão das referidas obras.

4. Comunicações

a) Universalização dos Serviços de Telecomunicações

Em 2009, deu-se continuidade ao processo de adequação e definição de políticas públicas para atendimento das demandas da sociedade em termos de serviços de telecomunicações. A consulta pública sobre a atualização das Políticas Públicas em Telecomunicações identificou como prioridade o serviço de banda larga e subsidiou os trabalhos para a elaboração do Plano Nacional de Banda Larga.

Em 2010, será implementado o Programa Nacional de Banda Larga, visando a ampliar o acesso em banda larga fixa e móvel de todos os cidadãos, inclusive das áreas rurais e remotas, à Internet, bem como ampliar o uso de Tecnologias de Informação e Comunicações (TICs) nas áreas de educação e saúde e nos serviços de Governo Eletrônico, para facilitar o uso pela população dos serviços prestados pelo Estado, promover a inclusão social, desenvolver e desconcentrar oportunidades, ampliar a competitividade brasileira, reduzir as desigualdades sociais e regionais, estimular a competição entre as empresas do setor de TICs e aumentar os investimentos, com vistas a criar novas opções de serviços ao consumidor a preços acessíveis e promover a geração de emprego e renda. Para o financiamento dos investimentos necessários é de fundamental importância a aprovação pelo Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 1.481, de 2007, que amplia o escopo de destinação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

Com o intuito de garantir a expansão dos serviços de telecomunicações para a área rural, o Governo, por meio do Ministério das Comunicações, instituiu, em julho de 2009, o Programa Nacional de Telecomunicações Rurais, com a finalidade de permitir à população localizada em áreas rurais o acesso a serviços de interesse coletivo, de telefonia e de dados em banda larga. O Programa prevê que a prestação dos serviços deve privilegiar a exploração de frequências na faixa de 450-470 MHz e condiciona sua autorização ao cumprimento de obrigações, dentre elas o atendimento, de forma gratuita para os usuários, em todas as escolas públicas rurais situadas na área de prestação do serviço de dados em banda larga (Internet), durante a totalidade do prazo de outorga

O provimento do serviço de voz a toda população, nos últimos anos, apresentou resultados expressivos. O Brasil conta hoje com 37.355 localidades atendidas com telefonia fixa e com 1.128.350 telefones públicos instalados. Em 2010, outras 8.760 unidades serão instaladas em localidades com menos de cem habitantes, utilizando-se recursos do Fust.

O Decreto nº 6.424, de 4 de abril de 2008, alterou o plano de metas para a universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC). Metas antes associadas a Postos de Serviços de Telecomunicações (PST) passaram a ser vinculadas à infraestrutura da rede de suporte do STFC para conexão em banda larga. Essa mudança regulatória possibilitou que 80% dos Municípios passassem a contar com essa nova infraestrutura, em 2009. A meta de 100% de cobertura deverá ser atingida até o final de 2010.

Dando continuidade à política de expansão da infraestrutura, elaborou-se a proposta para o novo Plano Geral de Metas para a Universalização (PGMU), relativo ao quinquênio 2011-2015, que deverá, no curso de 2010, ser objeto de discussão e avaliação, tendo em vista o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL). Merece destaque, também, na proposta a previsão de implantação de telefones públicos em todas as escolas públicas rurais, postos de saúde, assentamentos de trabalhadores rurais e comunidades quilombolas, dentre outras.

b) Avanços na Regulação

A implementação do Plano Geral de Atualização da Regulação (PGR) pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), iniciada em 2009, prosseguirá em 2010, de modo compatível com a convergência das telecomunicações, o fortalecimento da capacidade regulatória, a proteção dos direitos dos usuários, a qualidade dos serviços prestados, o estímulo à competição, a redução das barreiras ao acesso e uso das telecomunicações e o desenvolvimento social e tecnológico.

O Regulamento Geral de Portabilidade (RGP), uma das mais importantes inovações regulatórias brasileiras, estimulou a competição, a redução nos preços e a melhoria na qualidade do atendimento ao usuário, ao facultar aos usuários a mudança de prestadora e a manutenção do número do telefone fixo ou do telefone celular. Em 2009, ocorreram mais de três milhões de solicitações de portabilidade numérica.

No que concerne à Certificação de Produtos de Telecomunicações, ressaltou-se, em 2009, a edição do regulamento sobre aspectos de segurança elétrica dos produtos de telecomunicações, que atualizou requisitos construtivos de equipamentos de segurança elétrica das instalações residenciais previstos na Lei nº 11.337, de 2006; e o regulamento para Avaliação da Taxa de Absorção Específica (SAR), que organizou os procedimentos laboratoriais das medidas de SAR, aplicáveis principalmente para estações terminais portáteis (telefone móvel celular). Para 2010 está prevista a aprovação do regulamento de Proteção Elétrica da Rede Externa de Telecomunicações, que visa a preencher lacuna regulatória referente à segurança da rede telefônica metálica quanto a descargas elétricas.

No âmbito da administração do espectro de radiofrequências, a Anatel tem atuado com o objetivo de garantir a otimização do seu uso, tendo em vista a exigência permanente de adequação das atribuições, destinações e distribuições de faixas de frequência, em consonância com a evolução tecnológica do setor. Está em fase final de aprovação pela Anatel, o regulamento que trata da Avaliação da Eficiência do Uso do Espectro de Radiofrequências, que estabelece uma metodologia, com critérios objetivos, para a avaliação técnica do uso e sanções para os casos de descumprimento das condições.

No intuito de aprimorar o marco regulatório, ampliaram-se os debates sobre a revisão quinquenal dos Contratos de Concessão do STFC e sobre o Plano Geral de Metas de Qualidade (PGMQ). Por meio de consultas e audiências públicas, promoveu-se no

último exercício a participação expressiva dos órgãos de defesa do consumidor, das prestadoras de serviço, das entidades de classe, dos órgãos governamentais e dos usuários. Dentre os projetos para 2010 na área de concessões estão a aprovação dos novos contratos de concessão e do PGMQ e a atualização da regulamentação que trata do STFC.

No que tange às regras tarifárias, a Anatel aprovou em 2009 a revisão da norma para Cálculo do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST), elemento importante para a concessão dos reajustes tarifários; e a metodologia de Estimativa do Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC). Esse procedimento dá continuidade à operacionalização das políticas setoriais, notadamente o disposto pelo Decreto nº 4.733, de 10 de junho de 2003, que trata da construção da modelagem de custos.

Com pouco mais de um ano de existência, os Conselhos de Usuários do STFC contam com a participação de várias entidades, dentre elas Procons e Ministérios Públicos Estaduais, além de usuários. Considerando seu papel consultivo, as atividades dos Conselhos ao longo de 2009 foram pautadas, dentre outras ações, pelo aprendizado e aprofundamento da legislação, inclusive dos direitos dos usuários, pelo acompanhamento das reclamações deles e pelas sugestões e solicitações – às concessionárias – referentes a implementação de estratégias que visem à redução dos problemas identificados.

Em 2009, o número de assinantes de TV por assinatura apresentou um crescimento acumulado de 13,20%, totalizando 7,2 milhões de assinantes, cerca de 840 mil assinaturas a mais que o número registrado em dezembro de 2008. Com o objetivo de ampliar a oferta desses serviços, foi concluída a proposta para o novo Planejamento de Implantação dos Serviços de TV a Cabo e de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS), que permitirá a retomada do processo de outorga para esses serviços no primeiro semestre de 2010. No âmbito do Poder Legislativo, houve avanços na apreciação do Projeto de Lei nº 29, de 2007, que altera o art. 86 da Lei Geral de Telecomunicações e uniformiza as regras para a exploração da TV por assinatura, por meio de diversas tecnologias, com impactos na produção, programação e distribuição de conteúdos e no aumento da competição no setor. Entre as inovações que pretende introduzir, o projeto cria cotas para o conteúdo nacional na programação das TVs por assinatura, cabendo à Ancine fiscalizar seu cumprimento. Com a convergência das mídias, a entrada de novas empresas no setor pode ampliar a oferta dos serviços de TV paga e viabilizar novos investimentos em banda larga, já que as empresas poderão oferecer pacotes de serviços diversos, utilizando a mesma infraestrutura.

No âmbito da Anatel já foi concluída a revisão dos regulamentos dos serviços de TV a cabo, de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite (DTH), de MMDS e do Serviço Especial de TV por Assinatura (TVA-UHF), devendo as respectivas propostas ser submetidas a Consulta Pública em 2010.

c) Inovação em Telecomunicações e TV Digital

O Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), principal instrumento de fomento à inovação no setor de telecomunicações, vem investindo, há anos, em projetos de pesquisa e desenvolvimento no setor de telecomunicações e produzindo resultados relevantes em termos de propriedade intelectual e transferência tecnológica para a indústria brasileira, como é o caso da tecnologia avançada para codificação de vídeo e o *software* Ginga para a TV Digital, reconhecido internacionalmente como padrão de interatividade para TV via Internet, além dos resultados alcançados nas áreas de tecnologias de comunicação óptica e tecnologias de comunicação sem fio.

Nos próximos anos, o Funttel investirá recursos nas áreas de comunicações ópticas, comunicações sem fio em banda larga, plataformas de serviços baseadas em IP e *software* para telecomunicações. Este é o momento para reforçar esses investimentos de modo a permitir que o Brasil conquiste o domínio tecnológico nessa área estratégica, o que possibilitará a expansão da produção local de alto valor agregado e o aumento da oferta de empregos, contribuindo para diminuir o déficit da balança comercial.

A Televisão Digital brasileira alcançou, em 2009, uma população da ordem de 63 milhões de pessoas em trinta e quatro Municípios, sendo dezenove capitais: Manaus, Salvador, Fortaleza, Brasília, Vitória, Goiânia, Belo Horizonte, Campo Grande, Cuiabá, Belém, João Pessoa, Recife, Teresina, Curitiba, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Florianópolis, Aracaju e São Paulo. As demais cidades brasileiras que já recebem transmissão de TV Digital são: Araxá, Ituiutaba, Uberaba, Uberlândia, Joinville, Londrina, Araraquara, Campinas, Mogi das Cruzes, Ribeirão Preto, Santos, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Sorocaba e Taubaté. Para 2010, está prevista a inauguração das transmissões digitais nas demais capitais e nas cidades-polo do País, consolidando a interiorização da TV Digital.

Em 2009, a União Internacional de Telecomunicações recomendou o mencionado subsistema Ginga-NCL do *middleware* Ginga, tecnologia nacional que viabiliza a interatividade do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD), como um padrão internacional para aplicações em serviços de *Internet Protocol Television (IPTV)*. Fruto do investimento de recursos do Funttel, o *middleware* é um exemplo de uma política consistente de fomento à pesquisa e desenvolvimento.

A implantação das transmissões no padrão nipo-brasileiro de TV Digital será antecipada em dois anos no Peru, Argentina, Chile e Venezuela. Outros países latino-americanos deverão também adotar o SBTVD em função da superioridade tecnológica da solução nipo-brasileira.

d) Fiscalização dos Serviços de Telecomunicações

Visando estar plenamente adequada aos novos eventos das telecomunicações, é fundamental que a atividade de fiscalização esteja atenta ao surgimento de novas tecnologias e aos movimentos dos prestadores de serviço. Para alcançar esse objetivo é necessária uma grande capacidade de prospectar o mercado de tecnologias.

Em 2009, foram adquiridos pela Anatel instrumentos e equipamentos que possibilitam acompanhar a implementação da Televisão Digital no Brasil, para monitorar serviços WiFi e para aumentar a eficácia na obtenção de indícios do uso indevido do espectro. Além disso, foram incorporadas tecnologias portáteis que facilitam o trabalho dos agentes de fiscalização. Implantou-se sistema para medição em tempo real de níveis de radiação não ionizante, de forma a atender à Lei nº 11.934, de 2009, que trata sobre limites da exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos. Está sendo finalizada a modernização do Sistema de Gestão e Monitoragem do Espectro, com aumento de funcionalidades, incluindo-se a possibilidade de detectar radiointerferências causadas pelo Sistema de Banda Larga por meio de Redes de Energia Elétrica em implantação no Brasil, além de aumentar sua capacidade de gerenciamento.

Para 2010, está prevista a implantação de assistente de medições, que automatizará os laudos de vistoria, possibilitando maior agilidade aos trabalhos de campo realizados pelos agentes de fiscalização, além de maior confiabilidade frente aos regulados.

Estão sendo ampliados os serviços de monitoramento da comunicação aeronáutica, por meio da aquisição de sistema para monitoração de radiointerferências, a ser instalado nos 33 principais aeroportos brasileiros.

Especial atenção será dada à implantação do Sistema de Monitoração da Qualidade de Serviços (SMQS), que ampliará o conhecimento da Anatel sobre os serviços de telecomunicações de interesse coletivo, com destaques para o Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC), Serviço Móvel Pessoal (SMP), Serviço Móvel Especializado (SME), Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) e TV por Assinatura. Com esse sistema, será possível analisar obrigações como cobertura e abrangência das redes fixas e móveis, capacidade de medição de taxas de transmissão de banda larga, além de possibilitar análise mais efetiva da cobrança feita aos usuários de serviços de telecomunicações.

e) Serviços Postais

Em 2009, os Correios mantiveram seu trabalho para aprimoramento dos serviços prestados à sociedade brasileira. Fruto desse trabalho, a empresa conquistou pela 8ª vez consecutiva o prêmio Marcas de Confiança, da Revista Seleções/Ibope, como a instituição mais confiável do Brasil. Conquistou também o Prêmio Intangíveis Brasil (PIB), na categoria Logística/Atacado, e o *Reputation Index* 2009, sendo alcançada a maior nota em Reputação dentre as empresas nacionais de capital fechado.

e.1) Universalização dos Serviços Postais

O provimento dos serviços de atendimento e de distribuição postais enfrenta o desafio de responder às transformações demográficas e urbanas ocorridas nos últimos anos no Brasil. Entre 1998 e 2009, o número de Municípios cresceu de 5.507 para 5.564 e a população passou de 157 milhões para 187 milhões de habitantes, fazendo com que os distritos com mais de 500 habitantes, referência para o estabelecimento das metas de atendimento, passassem de 1.537 para mais de 2.000. Durante o ano de 2009, os Correios deram continuidade às expansões de suas Agências de Correio Comunitárias (AGCs) e Agências Próprias, oferecendo todos os serviços postais básicos a 6.141 localidades e, em 2010, será dada continuidade às instalações de unidades de atendimento para que o serviço postal básico chegue aos distritos com população igual ou superior a 500 habitantes.

A empresa conta com pelo menos uma agência instalada em cada um dos 5.564 Municípios e, até outubro de 2009, atendeu à demanda por serviços postais que atingiu o patamar de 6,8 bilhões de objetos distribuídos, ou seja, 32 milhões de objetos/dia em média distribuídos em todo o Brasil.

e.2) Exportações por Remessas Postais

Milhares de empresas, principalmente as microempresas e empresas de pequeno porte nacionais, têm tido acesso ao mercado exterior, por meio do sistema simplificado de exportações por remessas postais. Por esse sistema os empresários podem usufruir de despacho aduaneiro facilitado e de redução de custos de embarque no processo exportador de remessas até o limite de US\$ 50 mil, contribuindo assim para a ampliação da base exportadora e para a balança comercial brasileira. Desde a implantação da modalidade, em 1999, até o mês de novembro de 2009, acumulou-se o valor de US\$ 1,07 bilhão, sendo que, de janeiro a novembro de 2009, os valores exportados alcançaram US\$ 164,8 milhões.

e.3) Atuação no Âmbito Internacional

Em 2010, será dada continuidade à atuação de defesa dos interesses do País junto à comunidade postal internacional, com ativa participação nos organismos intergovernamentais que tratam dos assuntos postais, como a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA); o Mercado Comum do Sul (Mercosul); a Organização Mundial do Comércio (OMC); a União Postal das Américas, Espanha e Portugal (Upaep); e a União Postal Universal (UPU). Essa atuação visa organizar e regulamentar as relações postais internacionais de modo a melhorar a inserção competitiva do Brasil no mundo, fortalecendo a integração hemisférica e a criação, no âmbito postal, de processos decisórios mais abertos a um número maior de nações.

e.4) Inovações dos Serviços

Importantes ações desenvolvidas pela Correios *Online* fortalecem a presença dos Correios na Internet, contribuindo para solidificar a marca Correios nesse ambiente, com a captação de novos clientes e geração de receita na venda *online* de produtos e serviços. Em 2009, o volume de vendas por meio da loja virtual Correios *Online* apresentou crescimento de 10,5% em relação ao ano anterior. A loja recebeu mais de 3 milhões de acessos e enviou 200 mil cartas e telegramas pela Internet.

Em setembro de 2009, a Correios *Online* ganhou o Prêmio Excelência em Qualidade de Comércio Eletrônico B2C-2009, com o 1º lugar na categoria Bronze, concedido pela empresa *E-bit*, pioneira na realização de pesquisas sobre hábitos e tendências de *e-commerce* e que premia anualmente as melhores lojas do varejo eletrônico no Brasil, a partir de avaliações realizadas pelos próprios consumidores e de votação popular na Internet, que nesse ano registrou mais de 300 mil votos e avaliou cerca de 1.200 lojas virtuais.

Uma nova versão do Portal Internet dos Correios (www.correios.com.br) foi especificada à luz de pesquisas e de informações sobre as necessidades dos mais de 5 milhões de usuários mensais do Portal. Com foco no atendimento ao cliente e na geração de negócios, o novo sítio dos Correios está em desenvolvimento e será lançado em meados de 2010.

Além da revisão do Portal Correios, uma versão do sítio para celulares do tipo *smartphone* está em estágio final de desenvolvimento e possibilitará consulta de CEPs, preços e prazos de encomendas, agências e rastreamento de objetos, com toda a comodidade ao cliente que possua acesso à Internet em seu telefone celular.

Os Correios vêm consolidando seu papel como Autoridade Registradora, atuando na etapa física da geração do Certificado Digital. Nessa etapa, é feita a conferência dos dados, documentos e do proprietário do Certificado Digital. O Certificado Digital é um arquivo eletrônico que guarda informações sobre seu proprietário. Com ele é possível comprovar a identidade de uma pessoa na Internet. Em 2009, o número de unidades credenciadas a realizar essa operação saltou de 81 para 112, com um crescimento de 38%.

O serviço de logística reversa deverá gerar um faturamento de mais de R\$ 56 milhões em 2009, com uma movimentação de 2,6 milhões de encomendas, apresentando crescimento de 84% em relação a 2008, demonstrando o potencial de ampliação de uso

desse novo composto de serviços pelos clientes corporativos. Esse serviço vem sendo utilizado como importante ferramenta de pós-venda, pós-consumo e de fidelização dos clientes, apresentando perspectivas de crescimento para os próximos anos.

f) Radiodifusão e Emissoras Comunitárias

f.1) Radiodifusão Comunitária

Reconhecendo a importância do Serviço de Radiodifusão Comunitária e atendendo aos anseios da sociedade, em 2009, foi publicado mais um Aviso de Habilitação para Radiodifusão Comunitária, contemplando 463 localidades. Também, foram desenvolvidas ações para tornar o procedimento de análise e concessão de outorgas mais célere e transparente, incluindo a distribuição de Manuais de Orientação e Cartilhas e participação em audiências públicas, encontros e seminários do setor.

Em 2009, até o mês de novembro, foram concedidas 401 outorgas de Serviços de Radiodifusão Comunitária, totalizando 3.866 entidades já autorizadas a executar o serviço em todo o País, sendo 2.848 delas já com aprovação do Congresso Nacional e com a Licença Definitiva emitida.

f.2) Demais Serviços de Radiodifusão

No ano passado, todos os Estados, incluindo o Distrito Federal, foram contemplados com o serviço local de radiodifusão, o que favoreceu a regionalização da produção cultural e a democratização das comunicações. Até o mês de novembro, foram concedidas 265 outorgas de serviço de radiodifusão, sendo 158 de rádio FM Comercial, 14 de rádio OM comercial, 5 de rádio FM educativa, 1 de TV comercial, 2 de TV educativa e 85 consignações de radiofrequências relativas ao serviço de TV Digital.

f.3) Digitalização dos Serviços de Radiodifusão Sonora

Em 2009, a Anatel examinou o “Relatório dos Testes Realizados em Estações de Ondas Médias (OM) e Frequência Modulada (FM)”, que utilizam o “Padrão IBOC”, apresentado pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie de São Paulo, entidade responsável pelos experimentos. O estudo, de iniciativa da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abert), visa a comparar os resultados que vierem a ser obtidos com os demais padrões de Rádio Digital recomendados pela União Internacional de Telecomunicações (UIT).

Para 2010, está prevista a realização de testes com o sistema *Digital Radio Mondiale* (DRM) de Rádio Digital por emissoras de radiodifusão sonora da cidade de São Paulo. A avaliação das conclusões constantes dos relatórios de testes de campo a serem concluídos com os sistemas de rádio digital IBOC e DRM subsidiará a decisão sobre o padrão a ser adotado pela radiodifusão digital.

5. Saneamento

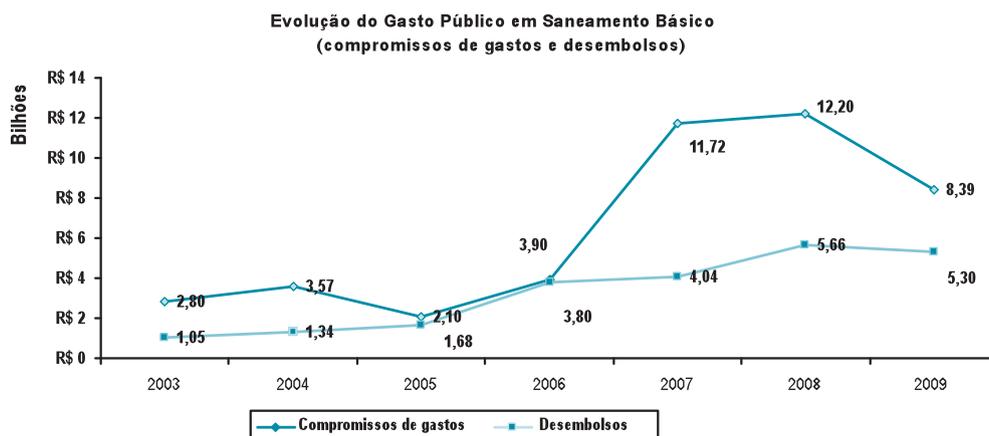
O setor de saneamento foi contemplado no âmbito do PAC em face de sua relevância como agente promotor da saúde pública, além de grande gerador de empregos e promotor de desenvolvimento econômico e social. Como plano estratégico de investimentos do

Governo, o PAC contempla expressivos investimentos em saneamento e urbanização de favelas. Dos R\$ 40 bilhões previstos para o setor, R\$ 36 bilhões estão sob gestão do Ministério das Cidades e R\$ 4 bilhões sob a responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), vinculada ao Ministério da Saúde.

A garantia dos recursos para investimento em ações de saneamento é fruto de priorização dada ao setor com a instituição do “Biênio Brasileiro do Saneamento 2009-2010”, pelo Decreto nº 6.942, de 18 de agosto de 2009, com o objetivo de promover e intensificar a formulação e implementação de políticas, programas e projetos relativos ao saneamento básico, com vistas a garantir a universalização dos serviços e o alcance dos objetivos estabelecidos em convenções, acordos e resoluções a que o Brasil tenha aderido. Adicionalmente, busca-se consolidar o processo de elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico, conforme determina a Lei nº 11.445, de 2007.

A política do Governo para o saneamento manifesta-se sob duas linhas de atuação: a implementação de programas de investimentos e o desenvolvimento de ações voltadas à melhoria da gestão nos aspectos do planejamento, regulação, fiscalização e controle social. Além disso, visa à integração com outras políticas públicas, em especial com as de saúde, meio ambiente e recursos hídricos, incentivando ações de cooperação e a qualificação do gasto público.

O Gráfico a seguir revela a evolução dos investimentos públicos aplicados em saneamento básico, demonstrando o substancial incremento dos recursos comprometidos e desembolsados em ações de saneamento a partir de 2007, com o advento do PAC.



Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/Ministério das Cidades (os dados de 2009 não incluem o total desembolsado com recursos do FAT/BNDES).

Dos investimentos previstos sob gestão do Ministério das Cidades no PAC-Saneamento para o período 2007-2010, R\$ 36 bilhões, até o mês de dezembro de 2009 já foram selecionados R\$ 35,1 bilhões, conforme apresentado na Tabela que se segue.

**Total de Investimentos Contratados e em Contratação
PAC-Saneamento, 2007-2009 (em R\$ milhões)**

Modalidade	Situação dos Investimentos		TOTAL
	Contratados	Em Contratação	
Abastecimento de Água	6.669,20	1.356,09	8.025,29
Desenvolvimento Institucional	560,79	-	560,79
Esgotamento Sanitário	11.442,06	2.951,90	14.393,96
Estudos e Projetos	149,90	20,17	160,06
Manejo de Águas Pluviais	3.392,30	2.513,26	5.905,56
Manejo de Resíduos Sólidos	164,19	-	164,19
Saneamento Integrado	5.931,55	-	5.931,55
TOTAL	28.299,98	6.841,42	35.141,40

Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/Ministério das Cidades.

Do total de R\$ 35,1 bilhões de empreendimentos selecionados pelo PAC-Saneamento, 65% são provenientes de recursos de financiamento (recursos onerosos) e 35% do Orçamento Geral da União – OGU (recursos não onerosos). No âmbito do OGU, foram selecionados R\$ 12,23 bilhões, com destaque para as modalidades de Saneamento Integrado e Esgotamento Sanitário, que totalizaram investimentos de R\$ 3,94 bilhões e R\$ 3,81 bilhões, respectivamente. A Tabela que se segue ilustra a distribuição dos recursos selecionados para o PAC-Saneamento por modalidade com recursos do OGU.

**Total de Investimentos Contratados e em Contratação OGU
PAC-Saneamento – 2007-2009 (em R\$ milhões)**

Modalidade	Situação dos Investimentos		TOTAL
	Contratados	Em Contratação	
Abastecimento de Água	2.307,99	-	2.307,99
Desenvolvimento Institucional	18,51	-	18,51
Esgotamento Sanitário	3.811,23	-	3.811,23
Estudos e Projetos	56,84	14,09	70,93
Manejo de Águas Pluviais	1.990,87	3,75	1.994,62
Manejo de Resíduos Sólidos	52,14	-	52,14
Saneamento Integrado	3.941,32	-	3.941,32
TOTAL	12.178,91	17,84	12.196,75

Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/Ministério das Cidades.

No exercício de 2009, foram selecionados 124 novos contratos com recursos do OGU, totalizando um montante de R\$ 2,41 bilhões. A modalidade de Manejo de Águas Pluviais teve o maior número de seleções (83), que totalizaram R\$ 1,69 bilhão, conforme apresentado na Tabela que se segue.

Projetos Selecionados no Exercício de 2009 – OGU

Modalidade	Quantidade	Valor (R\$ milhões)
Abastecimento de Água	6	315,21
Desenvolvimento Institucional	1	1,01
Esgotamento Sanitário	8	337,80
Estudos e Projetos	25	13,70
Manejo de Águas Pluviais	83	1.692,19
Manejo de Resíduos Sólidos	-	-
Saneamento Integrado	1	54,15
Total	124	2.414,06

Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/Ministério das Cidades.

Em relação à contratação no ano de 2009 com recursos do OGU, foram assinados 99 contratos que totalizam R\$ 612 milhões. Manejo de Águas Pluviais também foi a modalidade que teve a maior quantidade de contratos assinados no ano, totalizando R\$ 1,68 bilhão em 82 contratos.

Projetos Contratados no Exercício de 2009 – OGU (em R\$ milhões)

Modalidade	Quantidade	Valor
Abastecimento de Água	6	207,17
Desenvolvimento Institucional	1	1.010,90
Esgotamento Sanitário	9	336,92
Estudos e Projetos	-	-
Manejo de Águas Pluviais	82	1688,44
Manejo de Resíduos Sólidos	-	-
Saneamento Integrado	1	54,15
Total	99	2.287,70

Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/Ministério das Cidades.

Quanto aos recursos de financiamento, foram promovidos em 2009, no âmbito do Programa Saneamento para Todos, 3 processos seletivos, sendo selecionadas 188 propostas no valor de R\$ 6,9 bilhões, das quais 109 propostas nas modalidades de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário e 79 empreendimentos na modalidade de Manejo de Águas Pluviais, conforme dados constantes da Tabela que se segue. A contratação das operações de crédito das propostas selecionadas está em tramitação e deve ocorrer, em sua grande maioria, no primeiro trimestre de 2010.

Projetos Selecionados, Programa Saneamento para Todos. Brasil, 2009 (em R\$ milhões)

Modalidade	Quantidade	Valor
Abastecimento de Água	48	1.473,8
Esgotamento Sanitário	61	3.020,2
Manejo de Águas Pluviais	79	2.477,6
Total	188	6.971,6

Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/Ministério das Cidades.

No tocante às operações contratadas, em 2009, com recursos de financiamento, foram concretizadas operações de crédito referentes a 114 propostas selecionadas em 2007 e 2008 e que somente foram contratadas no exercício passado. Tais operações totalizam um valor de R\$ 2,3 bilhões. No que se refere às operações selecionadas em 2009, houve a contratação de 14 propostas no valor de R\$ 196,6 milhões. A Tabela a seguir demonstra as operações contratadas em 2009, por modalidade.

Projetos de Saneamento e Valores Contratados em 2009, com Recursos de Financiamento do Programa Saneamento para Todos – Brasil, 2009 (em R\$ milhões)

Modalidade	Quantidade	Valor
Abastecimento de Água	54	1.390,1
Desenvolvimento Institucional	1	28,9
Esgotamento Sanitário	25	622,8
Estudos e Projetos	16	18,9
Manejo de Águas Pluviais	21	184,4
Manejo de Resíduos Sólidos	14	55,8
Saneamento Integrado	4	243,8
Total	135	2.544,7

Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/Ministério das Cidades.

Quanto ao desembolso de recursos em operações de crédito de financiamento, observa-se uma tendência de crescimento do ritmo de execução das obras e conseqüentemente um maior fluxo de desembolsos. Em 2009, o valor desembolsado para as operações de crédito de financiamento foi de R\$ 3 bilhões. Tal valor envolve projetos contratados em 2009 e anos anteriores. Quanto aos empreendimentos inseridos no PAC, foram desembolsados, no período de janeiro a dezembro de 2009, R\$ 2,4 bilhões. Esse valor representa quase o dobro do desembolsado nos dois primeiros anos do PAC, período 2007 e 2008, de R\$ 1,3 bilhão.

Entre as obras viabilizadas a partir de recursos do Orçamento Geral da União, algumas merecem especial destaque, seja por se tratarem de empreendimentos de grande porte, seja pelo potencial de mudança social, tais como: saneamento integrado e urbanização no Complexo de Mangueiras, com investimentos de R\$ 93,3 milhões em implantação de rede de abastecimento de água, rede coletora e ligações domiciliares de esgoto, drenagem de águas pluviais, sistema viário, construção/aquisição de 700 unidades habitacionais para reassentamento, beneficiando 11,8 mil famílias; drenagem urbana na Baixada Fluminense, com investimentos de R\$ 275,6 milhões em macrodrenagem e recuperação ambiental dos Rios Iguaçu, Botas e Sarapuí para o controle de inundações e construção de 1.910 unidades habitacionais em Mesquita, Belford Roxo, São João de Meriti, Duque de Caxias, Nilópolis e Rio de Janeiro, beneficiando 500 mil famílias; abastecimento de água em Macapá, com recursos de R\$ 78,8

milhões, beneficiando 66 mil famílias; esgotamento sanitário em Fortaleza, com investimentos de R\$ 144,4 milhões, beneficiando 60,2 mil famílias; preservação do Pantanal, com investimentos de R\$ 124,0 milhões em ampliação e melhorias no sistema de esgotamento sanitário da cidade de Cuiabá (Projeto Pantanal), o qual elevará o nível de cobertura de coleta e tratamento para 60% da capital, beneficiando 52 mil famílias.

Conforme preconizado na Lei do Saneamento (Lei nº 11.445, de 2007), encontra-se em elaboração, a partir de um amplo processo participativo, o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), cuja conclusão está prevista para 2010. O Plano deverá estabelecer metas de curto, médio e longo prazos com vistas a orientar ações e investimentos para a universalização do acesso ao saneamento básico de qualidade, no menor prazo possível. Paralelamente, encontra-se em curso uma série de ações no intuito de apoiar os Municípios na elaboração de seus Planos de Saneamento Básico, com destaque para a Campanha Nacional de Sensibilização e Mobilização.

No que se refere às ações de Saneamento em pequenos Municípios e em áreas especiais, dos R\$ 4 bilhões previstos no PAC para o período 2007-2010, já foram selecionados até o momento R\$ 3.750,5 milhões e contratados R\$ 3.418,7 milhões para o período 2007-2009. Essas ações cumprem um papel fundamental na prevenção e no controle de agravos em populações com fragilidade de inserção social, com forte impacto no desenvolvimento dessas comunidades. Dando continuidade a essa política, em 2009, foram contratados 1.120 novos empreendimentos em áreas especificamente priorizadas, destacando-se:

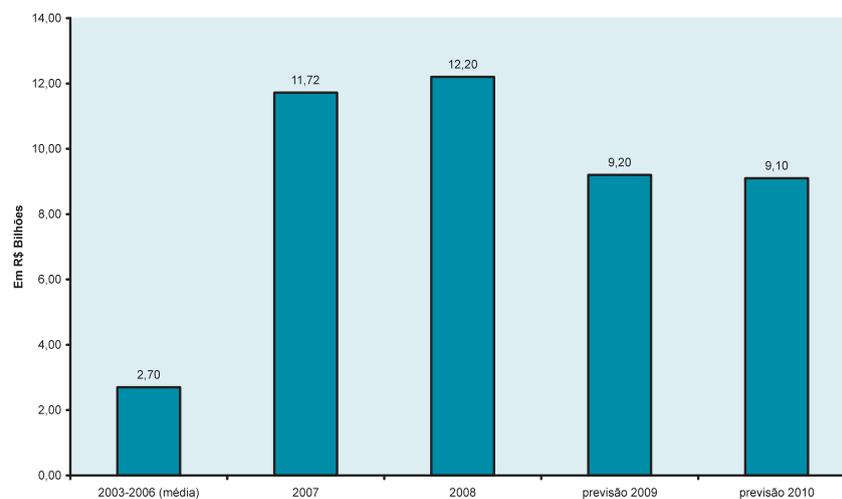
- saneamento em áreas indígenas: atendidas 63 novas aldeias, em 2009, perfazendo um total de 1.014 aldeias atendidas;
- saneamento em áreas quilombolas: atendidas 150 novas comunidades, em 2009, perfazendo um total de 360 comunidades atendidas;
- drenagem em área de malária: 31 Municípios atendidos, sendo que em 13 o atendimento foi realizado em 2009;
- melhoria habitacional para o controle da doença de Chagas: 518 Municípios atendidos, sendo que em 45 o atendimento foi realizado em 2009;
- abastecimento de água em Municípios com até 50 mil habitantes: atendidos 1.098 Municípios, sendo que em 251 o atendimento foi iniciado em 2009;
- esgotamento sanitário em Municípios com até 50 mil habitantes: atendidos 422 Municípios, sendo que em 111 o atendimento foi iniciado em 2009;
- melhorias sanitárias domiciliares em Municípios com até 50 mil habitantes: atendidos 495 Municípios, sendo que em 93 o atendimento foi iniciado em 2009;
- resíduos sólidos urbanos em Municípios com até 50 mil habitantes – foram priorizados 8 Municípios, tendo sido atendidos, nos exercícios de 2008 e 2009, todos os Municípios priorizados, sendo 6 Municípios no ano de 2009;
- saneamento rural em assentamentos: 1.114 comunidades atendidas, sendo que em 360 o atendimento foi iniciado em 2009;
- saneamento rural em escolas: atendidas 457 escolas, sendo que em 29 o atendimento foi iniciado em 2009; e
- apoio e controle da qualidade da água para consumo humano – foram priorizadas 14 unidades. Dessas, em 2009, foram implantadas 4 unidades, perfazendo um total de 18 unidades implantadas.

As perspectivas, para 2010, concentram-se na contratação dos demais empreendimentos priorizados; na reprogramação de Municípios que não cumpriram suas metas; e no treinamento dos 119 engenheiros contratados a fim de dar continuidade às análises técnicas e iniciar as atividades de acompanhamento pelas Coordenações Regionais. Em relação ao Programa Saneamento

para Todos, estima-se a contratação dos projetos selecionados em 2009 e o incremento das contratações junto ao setor privado. Assim, a previsão de contratações em saneamento, para 2010, no Ministério das Cidades, é de R\$ 7,34 bilhões, envolvendo recursos do OGU e financiamento.

O ambiente de investimentos continuados para o setor de saneamento deve permanecer, durante o exercício de 2010, em patamares bastante próximos aos do período 2007-2009, com investimentos totais (OGU e financiamento) da ordem de R\$ 9,10 bilhões, considerando o planejamento de execução do PAC, a previsão de contratação de financiamentos e as demais fontes de financiamento, conforme quadro a seguir.

Investimentos Continuados para o Setor Saneamento – Brasil, 2003-2010 (R\$ bilhões)



Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/Ministério das Cidades.

6. Habitação

O principal objetivo da Política Nacional de Habitação é retomar o processo de planejamento do setor habitacional e garantir novas condições institucionais para promover o acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente aos de baixa renda. Na implementação dessa Política, o eixo norteador da atuação do Governo é o Plano Nacional de Habitação (PlanHab).

O PlanHab, articulado aos instrumentos de planejamento e orçamento, é parte de um processo de planejamento de longo prazo que tem por pressuposto revisões periódicas. O PlanHab orientará o planejamento das ações públicas e privadas no setor habitacional durante os próximos 15 anos, com o objetivo de melhor direcionar recursos para o enfrentamento das necessidades habitacionais do País. As ações estratégicas propostas pelo Plano estão definidas em quatro eixos: i) modelagem de subsídios e alavancagem de financiamentos para população de baixa renda; ii) organização institucional e ampliação dos agentes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS); iii) propostas e mecanismos de fomento para a cadeia produtiva da construção civil; e iv) incentivos à adoção de mecanismos de política territorial e fundiária para ampliação de áreas para habitação de interesse social.

O compromisso com a construção de canais institucionais de participação social é um dos pilares do PlanHab. O processo de elaboração do Plano envolveu o diálogo entre o Conselho das Cidades, o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e os Conselhos Curadores do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do Fundo de Desenvolvimento Social; e o fortalecimento dos instrumentos previstos na Lei nº 11.124, de 2005, quais sejam o SNHIS, o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor.

O SNHIS conta com a adesão de todos os Estados e de mais de 90% dos Municípios. O Sistema estabelece as bases de um desenho institucional que prevê a integração entre os três níveis de governo e define as regras que asseguram a articulação financeira do FNHIS entre os entes da Federação. O SNHIS representa a retomada do processo de planejamento habitacional nos níveis subnacionais, ao vincular a participação no Sistema à instituição dos fundos locais de habitação de interesse social e dos respectivos conselhos gestores. A elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social, outro requisito da adesão ao Sistema, completa um novo quadro institucional, que permitirá aos poderes executivos locais a elaboração de um desenho de estratégias que promovam o acesso à moradia digna, de acordo com as especificidades regionais, contribuindo para o enfrentamento do déficit habitacional do País.

O FNHIS possui natureza contábil e centraliza os recursos fiscais destinados à implementação dos programas estruturados no âmbito do SNHIS, constituindo um importante instrumento que permite ao Governo induzir os Entes Federados a constituírem os mencionados fundos e conselhos gestores locais. Após a aprovação da Lei nº 11.578, de 2007, os repasses lastreados com recursos do FNHIS passaram a ter status orçamentário e financeiro de transferências obrigatórias e, em conjunto com as ações incluídas no Projeto-Piloto de Investimentos (PPI), no Programa Pró-Moradia e nos Projetos Multissetoriais Integrados Urbanos, que compõem o PAC-Habitação.

O PAC-Habitação se insere no eixo de expansão dos investimentos em infraestrutura social e urbana do País e visa ao desenvolvimento sustentável dos setores produtivos ligados à habitação. O Programa tem como princípios a criação de um ambiente favorável ao crescimento e à universalização dos benefícios econômicos e sociais a todas as regiões e traz a perspectiva de expressiva ampliação no aporte de recursos destinados à área habitacional. As intervenções do PAC-Habitação possibilitam o atendimento da carência habitacional de parcela da população com renda de até 5 salários mínimos, que reside em assentamentos precários situados nas principais cidades e regiões mais populosas.

Os déficits habitacionais apontam para uma dívida social acumulada de quase 6,3 milhões de novos domicílios, além de mais de 10 milhões de moradias com problemas de infraestrutura básica. Esse quadro torna necessária uma atuação estatal no horizonte de médio e longo prazos, com investimentos continuados, que considere não apenas as necessidades habitacionais acumuladas, mas também aquelas decorrentes do crescimento demográfico e da reposição de unidades obsoletas.

No anúncio do PAC, para o quadriênio 2007-2010, estavam previstos, inicialmente, aportes de recursos para os programas e ações governamentais integrantes do PAC-Habitação, da ordem de R\$ 106,3 bilhões. Desse montante, R\$ 10,1 bilhões correspondem a recursos provenientes do Orçamento Geral da União (OGU); R\$ 4 bilhões de financiamento ao setor público; R\$ 32,5 bilhões de financiamentos habitacionais para pessoas físicas, compreendendo recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e Fundo de Desenvolvimento Social (FDS); R\$ 42 bilhões de recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE); além de R\$ 17,7 bilhões de contrapartida de Estados, Municípios e pessoas físicas.

Posteriormente, em 2009, o Governo estruturou um dos principais programas para enfrentamento da crise econômica internacional e redução do déficit habitacional – o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). O Planhab foi utilizado como suporte ao planejamento necessário para a estruturação desse Programa, quanto ao modelo de subsídio adotado. O PMCMV tem um papel-chave na criação de empregos e melhoria de indicadores socioeconômicos. O Programa, como resposta anticíclica à crise, foi a oportunidade que os setores habitacionais público e privado precisavam para colocar em marcha convergente dois grandes vetores. O primeiro refere-se à implementação de um modelo nacional de subsídio, necessário para ampliar a concessão de crédito e para viabilizar a moradia adequada ao perfil das famílias de média e baixa renda. O segundo parte da modelagem de operações imobiliárias implantadas por construtoras que, embora com pouca abrangência, sinalizavam para a factibilidade da atuação do setor privado no atendimento do mercado habitacional para famílias de baixa renda. Assim, com a criação do PMCMV, um dos objetivos estratégicos da Política Nacional de Habitação, qual seja o estabelecimento de condições para a ampliação de um mercado popular de habitação, já começa a ser implementado.

Ainda no âmbito do PMCMV, a União foi autorizada a participar da constituição do Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab), instrumento financeiro de garantia de crédito aos financiamentos concedidos a mutuários adquirentes de unidades habitacionais, com vistas a facilitar o acesso da população a novas linhas de financiamento imobiliário, por meio da garantia do pagamento, aos agentes financeiros, da prestação mensal de financiamento habitacional, caso o mutuário não a pague, em caso de desemprego ou redução temporária da capacidade de pagamento, para famílias com renda de até dez salários mínimos. O FGHab tem por finalidade, também, assumir o saldo devedor do financiamento imobiliário, em caso de morte e invalidez permanente do mutuário, e as despesas de recuperação relativas a danos físicos ao imóvel. Esse Fundo concederá garantia para até seiscentos mil financiamentos imobiliários contratados exclusivamente no âmbito do PMCMV. O programa teve aporte de recursos da ordem de R\$ 34 bilhões, sendo R\$ 25,5 bilhões do OGU e R\$ 7,5 bilhões do FGTS, destinados à produção de um milhão de unidades habitacionais e ainda R\$ 1 bilhão do BNDES, destinado ao financiamento da cadeia produtiva.

6.1. PAC-Habitação

Atualmente, estão alocados no PAC-Habitação recursos da ordem de R\$ 12 bilhões, sendo R\$ 10 bilhões de recursos orçamentários da União e R\$ 2 bilhões de contrapartida dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Esses recursos estão sendo destinados a projetos de urbanização de assentamentos precários em grandes complexos, tais como Rocinha, Manguinhos e Alemão, no Rio de Janeiro; Heliópolis e Paraisópolis, em São Paulo; Guarituba, em Curitiba; Vila Dique e Nazaré, em Porto Alegre; Maciço do Morro da Cruz, em Florianópolis; Estrutural, no Distrito Federal; além de erradicação de palafitas e habitações em áreas de risco, nos Municípios de Rio Branco/AC; Manaus/AM; Macapá/AP; Belém, Ananindeua, Santarém, Marabá e Castanhal/PA; Porto Velho/RO; Lauro de Freitas/BA; Fortaleza/CE; João Pessoa/PB; região metropolitana do Recife/PE; e Baixada Santista/SP, além de outras intervenções em 2.153 outros Municípios em todas as Unidades da Federação.

Os recursos alocados no exercício de 2009 referem-se basicamente à seleção de novos projetos de urbanização de assentamentos precários e à complementação de obras em andamento, o que beneficiará mais de 50 mil famílias. Também em 2009 houve aporte adicional de recursos para redução das contrapartidas de operações firmadas nos exercícios de 2007 e 2008. Dentre os novos projetos selecionados destacam-se a urbanização do Alto de Santa Terezinha, em Salvador/BA; da Vila Santa Izabel, em Timon/MA; de Dom Antônio Barbosa, em Campo Grande/MS; do Jardim Teresópolis, em Betim/MG; dos Jardins Silvina, Oleoduto e Esmeralda, em São Bernardo do Campo/SP; da Vila Palmeira, em Novo Hamburgo/RS; do Jardim União, em Marabá/

PA; da Favela Sapé, na Cidade de São Paulo/SP. No total, foram alocados R\$ 650 milhões do FNHIS para 62 novos projetos e R\$ 132,2 milhões do OGU para 17 novos projetos.

Os projetos de urbanização do Vale do Reginaldo, em Maceió; da Vila do Mar, em Fortaleza; da Vila São José, em Belo Horizonte; da Comunidade do Pilar, no Recife; do Morro do Preventório, na Cidade do Rio de Janeiro; de Nova Santa Marta, em Santa Maria/RS; do Córrego Cadaval, em Carapicuíba/SP, estão entre as obras em execução que receberam recursos complementares, em 2009, para ampliação de meta, ou seja, aumento no número de famílias beneficiadas diretamente ou ampliação de obras/serviços. Para esse fim, foram alocados R\$ 550 milhões do FNHIS para complementação de 47 projetos e R\$ 75,2 milhões do OGU para complementação de 8 projetos, todos já inseridos no PAC.

Ainda no exercício de 2009, cabe destacar a decisão do Governo de aportar recursos, inicialmente não previstos, para promover a redução das contrapartidas dos Entes Federados que – em função da conjuntura econômica, que provocou queda da arrecadação de tributos pelos entes públicos, e ainda em função do aumento dos custos dos materiais de construção e de serviços, decorrentes do aquecimento do mercado da construção civil e do detalhamento dos projetos – reduziram sua capacidade de aporte da contrapartida pactuada nas operações firmadas nos exercícios de 2007 e 2008 no âmbito do PAC, implicando perigo iminente de paralisação das obras. No PAC, o FNHIS não financia somente obras: até 2009, já foram beneficiados 1.954 Municípios e 25 Estados, com repasse de R\$ 102 milhões para elaboração de Planos Locais de Habitação, que habilitarão esses entes ao financiamento de projetos habitacionais.

6.1.1. Financiamento ao Setor Público

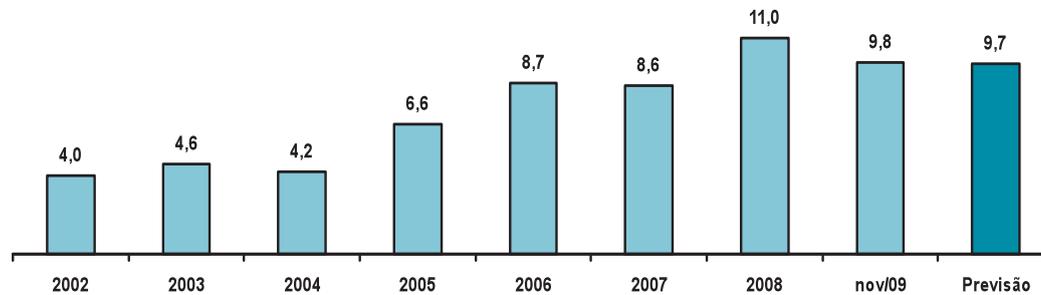
Em janeiro de 2007, a Resolução nº 3.438, do Conselho Monetário Nacional (CMN), ampliou a capacidade de endividamento dos Estados e Municípios, estabelecendo um limite específico – R\$ 4 bilhões – na contratação de operações de crédito voltadas ao atendimento habitacional de população de baixa renda, o que não ocorria há cerca de uma década. Essa medida permitiu a retomada das operações do Pró-Moradia, programa operado pela Caixa Econômica Federal (CAIXA) com recursos do FGTS; e o estabelecimento de parceria com o BNDES para execução de operações no âmbito dos Projetos Multissetoriais Integrados (PMI), operados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Em 2009, também por intermédio de resolução do CMN, o limite de crédito ao setor público foi ampliado em mais R\$ 1,5 bilhão, totalizando R\$ 5,5 bilhões, destinados à contratação de projetos de urbanização de assentamentos precários e produção de novas habitações pelos Entes Federados que possuam capacidade de pagamento e endividamento. O total desses recursos já está alocado, sendo R\$ 613 milhões em 17 intervenções do PMI e R\$ 4,9 bilhões no Pró-Moradia em 197 intervenções, incluindo a seleção de 54 projetos, realizada em 2009, no valor de R\$ 1,9 bilhão.

6.1.2. Financiamentos Habitacionais para Pessoas Físicas

De 2007 a 2009, os créditos concedidos a pessoas físicas com recursos do FGTS, do FAR e do FDS estão beneficiando famílias com a aquisição, reforma ou construção de unidades habitacionais, com a alocação de R\$ 29,4 bilhões, superando em 21% as metas para o período. Estima-se que a esses recursos ainda são acrescidos R\$ 5,9 bilhões de contrapartidas individuais.

Contratação de Financiamentos Habitacionais para Pessoas Físicas (R\$ bilhões)

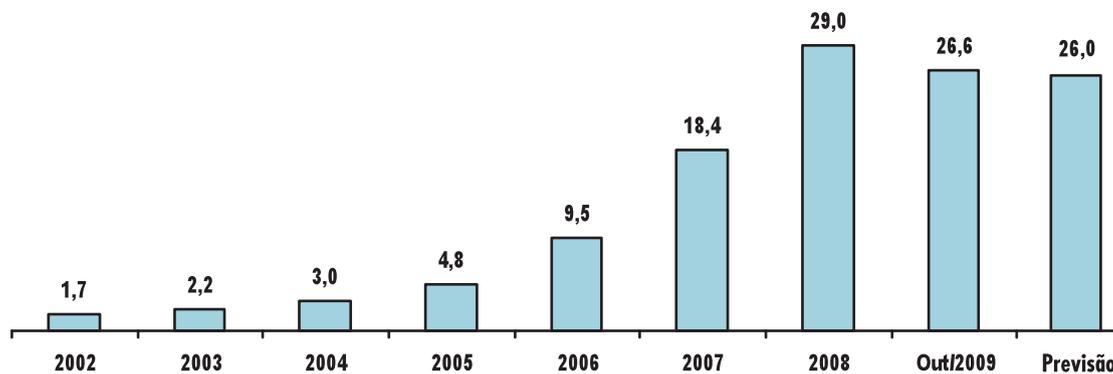


Fonte: CAIXA, com dados até 15 de novembro/2009.

Já em relação ao financiamento a pessoas físicas com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), destinado à habitação de mercado, no período 2007/2009, houve a superação das metas em cerca de 135%. Na ampliação dos recursos voltados para a produção habitacional para classes de renda média e alta, merece destaque a aprovação das Leis nº 10.931, de 2004; 11.033, de 2004; e 11.196, de 2005, que conferiram maior segurança jurídica ao financiamento e à produção de habitação de mercado, ao instituírem, entre outros, o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, a Letra de Crédito Imobiliário, a Cédula de Crédito Imobiliário e a Cédula de Crédito Bancário.

Para viabilizar a retomada da produção de habitação de mercado, foi determinante, ainda, a regulamentação pelo CMN, em 2005, da obrigatoriedade de os bancos investirem em financiamento habitacional porcentagem de recursos captados por meio do SBPE, revogando resoluções anteriores que permitiam que elas aplicassem tais recursos em títulos da dívida pública depositados junto ao Banco Central. A abertura do capital do setor imobiliário também possibilitou crescimento do montante de recursos destinados à habitação de mercado, resultando em expressivo volume de contratações, conforme pode ser visto no gráfico seguinte.

Contratação SBPE (R\$ bilhões)



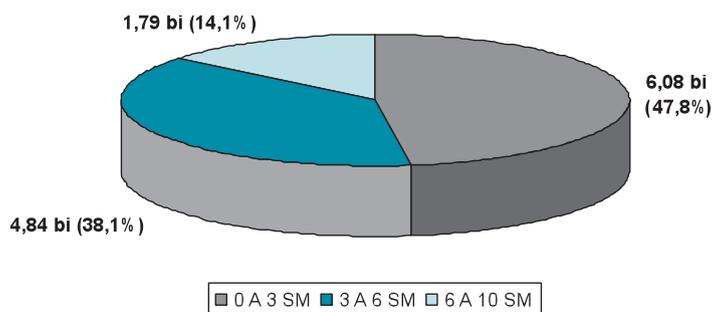
Fonte: Abecip, com dados até 30 de outubro/2009.

6.2. Programa Minha Casa, Minha Vida

A apresentação de propostas de empreendimentos e as contratações das operações no âmbito do PMCMV tiveram início em 13 de abril de 2009. Até 24 de dezembro de 2009, foram apresentadas à CAIXA, agente financeiro executor do Programa, 3.066 propostas de empreendimentos com 619.036 unidades habitacionais, totalizando recursos da ordem de R\$ 36,85 bilhões.

Com relação às contratações, foram firmados contratos de 247.950 unidades habitacionais, representando investimentos da ordem de R\$ 13,89 bilhões. Dessas unidades contratadas, 191.957 são referentes a empresas do setor da construção civil e 557.993 unidades foram contratadas diretamente com as famílias beneficiadas.

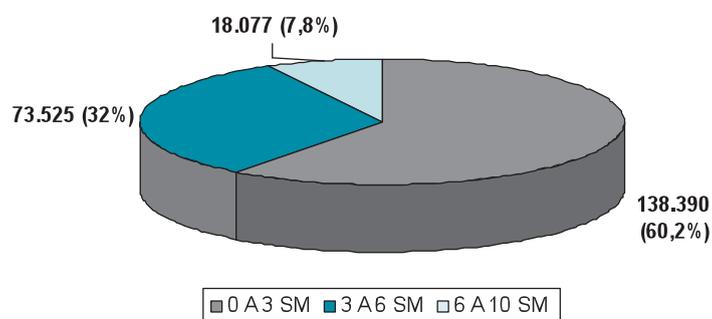
Valor Contratado por Faixa de Renda - PMCMV - 2009



Fonte: Relatório Semanal PMCMV – CAIXA, de 24/12/2009, com recursos do FAR, FDS, FGTS e OGU.

A meta de contratação de 1 milhão de unidades habitacionais foi estabelecida considerando o déficit habitacional nos Estados, sendo que, até a referida data, os Estados da Bahia e Mato Grosso já alcançaram a meta estabelecida nas operações destinadas ao atendimento até 3 salários mínimos e outros nove Estados já apresentam volume de propostas em análise superior à meta estabelecida para essa faixa de renda.

Número de Unidades Habitacionais Contratadas por Faixa de Renda - PMCMV - 2009



Fonte: Relatório Semanal PMCMV – CAIXA, de 24/12/2009, com recursos do FAR, FDS, FGTS e OGU.

6.3. Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica

No âmbito das ações de desenvolvimento institucional, foi realizada, em 2009, uma agenda de capacitação nacional, que incluiu a realização de duas edições do Curso a Distância Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS) e onze oficinas presenciais de PLHIS, realizadas em 10 Estados, em parceria com os governos estaduais e com a CAIXA. Essas ações tiveram por objetivo principal ampliar a capacidade dos gestores locais para elaboração e implementação dos PLHIS, bem como contribuir para que Estados e Municípios atendam aos requisitos e prazos estabelecidos pela SNHIS/FNHIS. No total foram realizados

curso de capacitação em cerca de 1.200 Municípios, alcançando aproximadamente 6 mil pessoas, entre técnicos municipais e estaduais, empregados da CAIXA, consultorias e movimentos sociais.

Várias frentes de cooperação internacional foram implementadas. Em destaque estão a cooperação Sul-Sul com os países da África, especialmente Cabo Verde e Moçambique. A atuação do Governo, por intermédio do Ministério das Cidades, está voltada ao apoio para a formulação do Plano e da Política Nacional de Habitação de Cabo Verde, bem como para o desenvolvimento de uma metodologia de atuação em assentamentos informais, na cidade de Maputo, Moçambique, visando ao reordenamento e urbanização dessas áreas. Ainda no âmbito da cooperação Sul-Sul, o Ministério das Cidades coordenou as reuniões do Grupo de Trabalho sobre Assentamentos Humanos do Fórum de Diálogo IBAS, nas quais foram definidas atividades para o biênio 2009/2010. Entre essas atividades está a realização de um evento de rede durante o V Fórum Urbano Mundial, com o objetivo de discutir e disseminar as políticas de urbanização de favelas adotadas nos três países.

6.4. Qualidade e Produtividade

O Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), com o objetivo primordial de elevar a qualidade e a produtividade no setor da construção civil, é o meio de interlocução do Governo, por meio do Ministério das Cidades, com os setores diretamente envolvidos com a temática da construção civil. Na implementação das ações que compõem o PBQP-H, no exercício de 2009, foram alocados recursos do OGU da ordem de R\$ 1,8 milhão de reais.

Apesar do reduzido aporte de recurso orçamentário, é importante ressaltar que o Programa atua pelo estímulo aos agentes setoriais, com base no marco regulatório do Programa, construído em consenso com os agentes intervenientes, buscando a participação: i) da cadeia produtiva, desde fornecedores de materiais e componentes da construção até os responsáveis por serviços, operacionalizando os Programas Setoriais de Qualidade; ii) do setor público, mediante Termos de Adesão e Acordos Setoriais, firmados entre os agentes da cadeia produtiva e o Programa, prevendo o desenvolvimento de ações com foco no aumento da qualidade e produtividade do setor; iii) dos agentes financiadores e de fomento, integrados a projetos/ações que buscam utilizar o poder de compra como indutor da melhoria da qualidade e aumento da produtividade do setor da Construção Civil; iv) dos agentes de fiscalização e de direito econômico na promoção da isonomia competitiva do setor, por meio de ações de combate à produção em não conformidade e de estímulo à ampla divulgação e respeito ao Código de Defesa do Consumidor e às questões ligadas à Lei de Responsabilidade Solidária e ao novo Código Civil; e v) do consumidor e da sociedade em geral, no exercício do seu direito de cidadania, por meio do conhecimento de requisitos de exigência de qualidade/conformidade e produtividade.

A partir desses estímulos, o aporte anual de recursos privados em qualidade, feito pelas empresas, devido ao fomento estabelecido pelo Programa, é estimado em:

- implementação do Programa Setorial da Qualidade, envolvendo as atividades de normalização técnica, desenvolvimento de programas de avaliação da conformidade, realização de auditorias e de ensaios laboratoriais, acompanhamento dos indicadores da conformidade técnica do setor e outras atividades de Tecnologia Industrial Básica (TIB): R\$ 15,6 milhões;
- manutenção dos níveis de qualidade estabelecidos no PBQP-H pelas empresas do setor, envolvendo atividades de controle da qualidade, realização de ensaios ao longo da produção e do produto acabado, implementação de sistemas da qualidade, capacitação dos profissionais da qualidade e outras atividades de TIB: R\$ 104 milhões; e

- implementação do Sistema de Avaliação de Conformidade nos níveis D, C, B e A do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras (SIAC). A certificação envolve o custo de auditorias, que avaliam periodicamente a qualidade do sistema de gestão implantado: R\$ 84 milhões.

Em 2009, no bojo do PMCMV e em sintonia com as diretrizes do PBQP-H, o BNDES também alocou cerca de R\$ 1 bilhão para apoio financeiro às construtoras, fornecedores de materiais, componentes e sistemas construtivos, além de oferecer R\$ 5,5 bilhões de limite de crédito pré-aprovado para compras com o Cartão BNDES, objetivando aumentar a competitividade empresarial por meio de melhorias de qualidade e produtividade, aumentando a capacidade das empresas para responder às demandas do mercado. A Finep, também, em parceria com o Ministério das Cidades, publicou edital apoiando projetos de pesquisa inovadores, destinando R\$ 15 milhões para a área de habitação.

6.5. Perspectivas para 2010

As políticas públicas de habitação de interesse social no Brasil foram negligenciadas por cerca de 20 anos, desde a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1986, até a criação do Ministério das Cidades, em 2003. Nestes 7 anos, um período curto para a temporalidade da política habitacional, houve importantes avanços na consolidação de uma estratégia nacional para garantir habitação de interesse social para as famílias de baixa renda. É sensível a diferença na ampliação do acesso à moradia, seja em função da estabilidade, aumento da renda e redução das desigualdades, seja como resultado dos programas habitacionais.

O aumento de cerca de seis vezes nos recursos para habitação nos últimos anos, que passou de R\$ 7 para R\$ 43,2 bilhões, especialmente com a consolidação do SNHIS e a inclusão do tema no eixo de infraestrutura social e urbana do PAC, está beneficiando, desde 2003, cerca de 4,6 milhões de famílias. Resultados dessa política podem ser verificados, por exemplo, com a diminuição do déficit habitacional brasileiro em 21% ao longo do referido período.

Contribuiu expressivamente para esse resultado a adesão ao SNHIS de 5.314 Municípios e de todos os Estados e do Distrito Federal. Esse verdadeiro novo pacto federativo vem proporcionando a consolidação e ampliação de programas e recursos das três esferas de governo para uma política habitacional sincronizada, além do fortalecimento institucional do setor. Esse avanço é demonstrado pelo fato de que, em 2004, apenas 42% dos Municípios possuíam órgão específico para habitação; já em 2008, 70% desses entes possuíam tal órgão, segundo dados da Pesquisa do Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic), realizada pelo IBGE.

Nesse contexto, as perspectivas para 2010 passam pelo fortalecimento do SNHIS, a implementação do Planhab e a continuidade dos programas e investimentos no setor. Para as ações que estão em andamento, no âmbito do PAC, espera-se: concluir as obras em andamento e iniciar as obras selecionadas em 2009. Em relação ao PMCMV, serão implementadas as ações buscando alcançar a meta de contratação de 1 milhão de moradias em 2010.

7. Planejamento e Gestão Territorial Urbana

A partir do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 2001), que estabeleceu diretrizes gerais de política urbana e constituiu-se na base da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, o Governo passou a atuar em parceria com os Estados, Municípios e a sociedade civil na implementação de seus princípios e instrumentos. Em 2009 deu-se prosseguimento à gestão dos contratos de repasse de recursos para apoio aos Municípios para a elaboração de planos de redução de riscos, contabilizando 65 Municípios, e para o

desenvolvimento de projetos de estabilização de encostas (15 municipalidades). A ênfase foi dada aos programas de capacitação e treinamento de equipes municipais, em articulação com o Programa Nacional de Capacitação das Cidades (PNCC).

Foram desenvolvidos cursos na região metropolitana de Belo Horizonte/MG e nos Municípios de Blumenau/SC, Itajaí/SC e Florianópolis/SC (parceria com o Serviço Geológico do Brasil – CPRM). Foi concluído o Curso Gestão e Mapeamento de Riscos Socioambientais, na modalidade à distância, que atendeu a 1.000 alunos em todo o País. O MCidades está preparando também, em parceria com a Agência de Cooperação Japonesa (JICA), a elaboração de cursos em Blumenau/SC e Florianópolis/SC para multiplicadores de programas de capacitação, como professores universitários, alunos de pós-graduação e pesquisadores. Ainda no PNCC houve o apoio, acompanhamento e controle de 22 projetos de extensão universitária no desenvolvimento de ações que contribuam para o fortalecimento da gestão municipal urbana.

Para a implementação plena do Sistema Nacional de Informações das Cidades (SNIC) deu-se continuidade ao processo de compra e distribuição de imagens de satélite da área urbana e de kits didáticos. Foram também realizadas diversas atividades por meio do Programa de Apoio aos Municípios em Tributação Imobiliária.

Nas ações de promoção de acesso à terra urbanizada para a população de menor renda, houve continuidade na gestão dos convênios celebrados com governos estaduais, a exemplo dos Estados de Mato Grosso, Pará e Minas Gerais e com as entidades sem fins lucrativos, e no apoio às atividades que visam a titulação dos beneficiários.

No âmbito das ações de capacitação, foi realizado o Seminário Nacional de Regularização Fundiária, em Brasília e promovidas oficinas e seminários para a capacitação dos Municípios em regularização fundiária Urbana na Amazônia Legal, à luz da Lei nº 11.952, de 2009, nas seguintes capitais: Porto Velho, Belém, Cuiabá, Boa Vista e Manaus. Com relação às terras do Incra, na Amazônia Legal, já foram doados 465 hectares de glebas em área urbana para a Prefeitura de Porto Velho, que beneficiarão cerca de 20 mil moradores. O sistema de monitoramento montado no Programa Papel Passado permite acompanhar o andamento de processos de regularização fundiária em todo o País, envolvendo tanto as ações que contam com apoio direto do Governo Federal quanto as que são desenvolvidas de forma autônoma pelos parceiros. Esse monitoramento mostra que, desde 2003, as ações de regularização fundiária urbana atingiram 385 Municípios e beneficiaram 1.706.573 famílias, em 2.592 assentamentos. Dessas, 369.715 já tiveram seus títulos concedidos. Para 2010, está prevista a elaboração de material para capacitação dos Municípios com relação ao conteúdo da Lei nº 11.977, de 2009, que institui a política nacional de regularização fundiária. Nesse sentido, serão realizadas novas oficinas e seminários especificamente para a capacitação dos Municípios em regularização fundiária urbana na Amazônia Legal.

Desde 2003, foram apoiadas ações de reabilitação de áreas urbanas centrais em 130 Municípios brasileiros. Em ação pioneira, que envolveu diversos órgãos do Governo Federal, além de representantes dos movimentos sociais de luta por moradia, foram realizadas vistorias em cerca de 500 imóveis não operacionais do Fundo do Regime Geral da Previdência Social, com o objetivo de avaliar as possibilidades de destinação desses imóveis a programas de provisão habitacional de interesse social. O resultado desse trabalho foi a identificação de 190 imóveis com possibilidade de receber projetos habitacionais. Desses, cerca de 23 foram comprados pela União e serão destinados ao PMCMV. Em 2010, serão destinados mais R\$ 40 milhões para compra de imóveis do referido Fundo, visando à realização de empreendimentos habitacionais para famílias de baixa renda.

Outra ação que merece registro, no último ano, foi a já mencionada criação do PAC das Cidades Históricas, que viabilizará no biênio 2009/2010 a execução de ações de requalificação urbanística, infraestrutura urbana e social e recuperação de imóveis

públicos, o que representa uma série de investimentos de grande importância para a preservação do patrimônio cultural e a reabilitação urbana nas cidades históricas. Dentro deste objetivo, foi estabelecida parceria entre o Programa de Reabilitação e a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) para reforma de 3 estações centrais de trens metropolitanos de transporte de passageiros, localizadas em Maceió/AL, João Pessoa/PB e Natal/RN.

O Governo Federal, também em 2009, celebrou com as Prefeituras do Rio de Janeiro, Paris e a Caixa Econômica Federal um Acordo de Cooperação visando à reabilitação sustentável da área central da Cidade do Rio de Janeiro, incluindo a zona portuária e arredores. Foi também editado o livro “Operações Urbanas: Anais do Seminário Brasil-França”, que reúne os resultados do evento realizado em 2008 para capacitar o corpo técnico de Estados e Municípios na utilização das operações urbanas consorciadas como instrumento de reabilitação de áreas urbanas centrais.

No âmbito do apoio à elaboração e implementação de instrumentos dos Planos Diretores municipais, em 2009, as ações do Ministério das Cidades relativas ao planejamento urbano e à implementação do Estatuto da Cidade voltaram-se para a capacitação de equipes municipais, de gestores e da sociedade e para o apoio ao ordenamento territorial aos Municípios da Amazônia Legal. Também foi dada atenção especial às questões relacionadas à prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos. No que se refere à capacitação voltada à implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade, destaque para a continuidade, em 2009, das ações do Projeto “Rede de Avaliação e Capacitação para a Implementação de Planos Diretores”, iniciado em 2007. Essa rede foi constituída com o objetivo de promover a avaliação qualitativa dos Planos Diretores de 526 Municípios, com foco no acesso à terra urbanizada e bem localizada. Também foram programadas atividades de capacitação de agentes do poder público e atores da sociedade civil para a implementação dos planos diretores.

Em função da crescente ocorrência de casos de conflitos fundiários urbanos no País e também em decorrência da política urbana municipal que ainda não efetivaram o acesso à terra urbanizada e o direito à moradia adequada, o Ministério das Cidades, em conjunto com o Conselho Nacional das Cidades, promoveu um amplo debate em nível nacional com vistas à construção de uma Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos. No ano de 2009, foram realizados seminários regionais nas cidades de Curitiba, Goiânia, Recife, Rio de Janeiro e Belém para obter subsídios à construção da política nacional e para promover a articulação dos agentes locais envolvidos com os conflitos fundiários urbanos. Os seminários contaram com a presença de mais de mil pessoas de diversos Estados do País e de diversos segmentos da sociedade. Como resultado, foi consolidada uma resolução do Conselho Nacional das Cidades, contendo os princípios, diretrizes, ações e competências da Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos.

Com o intuito de fortalecer a capacidade das equipes municipais, dos gestores e da sociedade na implementação de políticas urbanas que produzam cidades mais justas e saudáveis, em 2010, no campo do planejamento urbano, o Governo continuará a concentrar seus esforços no apoio e fomento à implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade. O intuito é fazer com que os Planos Diretores sejam implementados com ampla gestão democrática e que consigam regular o parcelamento, uso e ocupação do solo e definir diretrizes de investimentos públicos que revertam a lógica da exclusão socioespacial da população de baixa renda, que consigam destinar terra para construção de habitação de interesse social, que definam áreas para implementação de equipamentos urbanos e para melhoria de serviços públicos e que dialoguem com as políticas setoriais, em especial o saneamento ambiental, o transporte e mobilidade urbana e a habitação de interesse social.

8. Mobilidade Urbana

No ano de 2009, uma nova versão do texto do Projeto de Lei da Mobilidade (PL nº 1.687, de 2007) foi consolidada. Com as alterações propostas definiu-se que a Política Nacional de Mobilidade Urbana tem por objetivos contribuir para o acesso universal à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuam para a efetivação dos princípios, objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento urbano, por meio do planejamento e da gestão democrática do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana. O objetivo geral é a integração entre diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas nas cidades. Quanto à questão de tarifas de transporte público, as alterações no PL possibilitarão que o Poder Público institua tarifas diferenciadas para remuneração dos custos dos serviços.

No que se refere ao Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-Transporte), foi alocado R\$ 1 bilhão, em 2009, para operações de crédito com recursos do FGTS. Foi definida ainda a aplicação de recursos para o PAC da Mobilidade Urbana e de Transporte nas doze cidades-sede da Copa 2014: Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, prioritariamente. A expectativa, para 2010, é o início das obras, por meio de financiamentos, com utilização de recursos do FGTS, perfazendo um total de cerca de R\$ 8 bilhões.

Em relação à promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida aos bens e serviços da comunidade, foram definidas diversas ações, em 2009. Essas ações foram divididas em cinco conjuntos. O primeiro refere-se aos investimentos da União, somando-se às contrapartidas dos Governos do Distrito Federal, Estaduais e Municipais envolvidos. O segundo conjunto trata das medidas de desoneração de custo e melhorias das condições de financiamento para a iniciativa privada que acelerem a aquisição de veículos de transporte público acessíveis. O terceiro bloco trata das operações de crédito que possibilitem aos Governos Estaduais e Municipais realizarem os investimentos em infraestrutura necessários. O quarto grupo trata da articulação institucional entre os órgãos dos Entes Federados para a identificação dos entraves e sua rápida solução. Finalmente o quinto bloco reúne as ações e instrumentos previstos no Programa Brasil Acessível, destacando-se aquelas destinadas ao desenvolvimento institucional e à divulgação do conceito de desenho universal aplicados aos projetos arquitetônicos.

Na área da acessibilidade, outros aspectos devem ser ressaltados, com previsão de término em 2010, como a adaptação de 300 terminais metroferroviários e a renovação da frota de veículos, com o financiamento de 35 mil ônibus e 5 mil micro-ônibus. Ainda com relação à acessibilidade, enfatiza-se o Projeto Básico de Escola/Ponto de Parada, com objetivo de oferecer subsídio às prefeituras para elaboração de projetos executivos de calçadas que liguem o terminal rodoviário ou metroviário às escolas públicas, incluindo a correta disposição dos mobiliários urbanos, rebaixamento de guias, sinalização tátil e demais dispositivos indispensáveis ao deslocamento seguro e confortável das pessoas com mobilidade reduzida. Entre as ações extraorçamentárias cabe ressaltar o Programa Bicicleta Brasil, que completou cinco anos em 22 de setembro de 2009, tendo sido promovido o “Dia sem Carro”, reunindo setores de governo e da sociedade para refletir sobre o modelo de mobilidade instalado nas cidades e buscar alternativas para seu desenvolvimento.

8.1. Transporte Metroferroviário

No âmbito do sistema metroferroviário, no Estado do Rio Grande do Sul, deve-se destacar a inclusão da expansão da Linha 1 da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb), trecho São Leopoldo-Novo Hamburgo, no PAC, bem como a

disponibilização de recursos da ordem de R\$ 220 milhões para início efetivo das obras, em 2009. Com uma extensão de 9,3 km, em via dupla elevada, serão ainda construídas 4 estações: Rio dos Sinos, Liberdade, Fenac e Novo Hamburgo. Para o ano de 2010, tem-se como meta a operacionalização do sistema para a circulação de trens até a Estação Liberdade.

Os recursos orçamentários aprovados para as ações de implantação, modernização e recuperação de sistemas metroferroviários, especificamente do sistema da CBTU, totalizaram, em 2009, R\$ 451,6 milhões. No sistema de Recife, foram investidos recursos na complementação da implantação da Linha Sul e na reabilitação da Linha Centro, destacando-se a aquisição de 7 Veículos Leves sobre Trilhos (VLTs), que passarão a operar, após a modernização do trecho final da Linha Sul, entre as localidades de Cajueiro Seco e Cabo. O início da operação comercial da Linha Sul, trecho Recife-Cajueiro Seco, configura importante marco atingido no período.

Em Belo Horizonte, os recursos foram alocados em obras complementares da Linha 1 (trecho Eldorado-Vilarinho). A aprovação de crédito suplementar ao orçamento permitiu a retomada do projeto executivo das Linhas 2 (Barreiro-Hospitais) e 3 (Pampulha-Savassi), num valor total de R\$ 14 milhões, que estava paralisado desde 2007. Também foram contratados os serviços de engenharia para construção do desvio para estacionamento no Terminal de Vilarinho, o que permitirá a execução de viagens adicionais nos horários de pico, aumentando a demanda diária transportada em cerca de mais 12 mil passageiros.

Os recursos aplicados na continuidade da implantação do metrô de Salvador (trecho Lapa-Pirajá) possibilitaram avanços nas obras de cinco estações e em serviços complementares nos túneis, a construção do elevador na Avenida Bonocô, a implantação de 6 km de via e a continuidade do contrato para fornecimento e montagem da sinalização e dos sistemas auxiliares. Destaca-se também a contratação da aquisição de seis Trens Unidades Elétricas (TUE), a cargo do Governo do Estado da Bahia. Quanto ao projeto de modernização do trem de subúrbio (trecho Calçada-Paripe), o principal avanço se deu na recuperação do material rodante adquirido da CPTM, já em operação, e a contratação da recuperação de mais 3 TUEs e 2 locomotivas.

Nos investimentos para o sistema de Fortaleza, após a adequação dos recursos liberados à capacidade de execução prevista na programação incluída no PAC, foram aplicados na implantação do metrô e na modernização da Linha Oeste. No trecho em superfície da Linha Sul, as obras da via permanente encontram-se praticamente concluídas, no trecho de 10 km entre Vila das Flores e Conjunto Esperança. As obras de construção do elevador no Polo de Parangaba, com 3,3 km de extensão; e o trecho subterrâneo de 2,8 km, entre as ruas Padre Cícero e Castro e Silva, no centro de Fortaleza, encontram-se em fase de finalização, bem como as obras nas Estações Benfica e São Benedito, já com suas estruturas praticamente concluídas. Na Linha Oeste, destaca-se a realização das licitações para início efetivo da modernização do trecho, com a execução das obras civis e sistemas fixos. Um importante marco no exercício de 2009 é a conclusão do viaduto de Caucaia. Para 2010, prevê-se a conclusão e entrega de 8 estações. Nos sistemas de Natal, João Pessoa e Maceió, os recursos aprovados possibilitaram a continuidade e ampliação dos serviços de recuperação dos pontos críticos da via permanente e de recuperação do material rodante, que, embora se constituam nos maiores problemas a serem superados, já apresentaram uma maior segurança e confiabilidade na operação dos sistemas, refletindo-se na melhoria da qualidade da oferta de transporte e no volume de passageiros transportados. A melhora no desempenho operacional dos sistemas é observada pela média diária de passageiros transportados, que em 2009, em Maceió, por exemplo, chegou a 6.451 passageiros, alcançando um crescimento de 7% em relação a 2008.

No ano de 2009 foi confirmado o acerto das medidas implementadas ao apresentar resultados positivos nos 5 sistemas metroferroviários operados pela CBTU, que transportaram cerca de 108,4 milhões de passageiros ao ano. Esses números

representam o melhor resultado dos últimos 13 anos, com uma média diária de 365,1 mil passageiros transportados, um avanço de aproximadamente 3,3% em relação à média diária do ano anterior. Destaque-se que em Recife e Belo Horizonte, os dois principais sistemas da CBTU, os avanços na média diária de passageiros transportados verificada em 2009 situaram-se, respectivamente, em 5,65% e 1,5% acima dos números atingidos no ano anterior. A receita total apurada no ano de 2009, englobando todos os sistemas, foi de R\$ 86,2 milhões, superando em 3,5% a obtida no ano de 2008, podendo ser considerado um excelente resultado, uma vez que os sistemas da CBTU operam com tarifas sociais, inferiores às praticadas pelos modais concorrentes. O custo total, por sua vez, apresentou uma redução de 2,3% em relação ao apurado em 2008, totalizando R\$ 276,0 milhões.

As perspectivas favoráveis para o cenário do transporte metroferroviário indicam as seguintes metas para cada um de seus sistemas:

- i) no sistema de Recife, serão concluídas as intervenções previstas no PAC e entregues os primeiros VLTs que operarão no trecho entre Cajueiro Seco e Cabo. Também terá curso a licitação para compra de mais 15 novos trens, que operarão nas linhas Centro e Sul, aumentando a oferta de transporte do sistema;
- ii) em Belo Horizonte, na linha 1 (trecho Eldorado-Vilarinho), prevê-se a conclusão das obras previstas no PAC, incluindo as obras civis do pátio de estacionamento de Vilarinho, iniciado em 2009, o projeto para modernização de sua sinalização e o avanço nas negociações para contratação do fornecimento de 10 novos TUEs;
- iii) em Salvador, dar-se-á o início da operação experimental do metrô (trecho Lapa-Acesso Norte) e a conclusão da ação de modernização do sistema do trem de subúrbio existente, no trecho Calçada-Paripe;
- iv) no sistema de Fortaleza, está prevista a conclusão de todas as obras civis no trecho João Felipe-Caucaia, que marcará o término de todo o escopo previsto no PAC para a Linha Oeste. Na Linha Sul (trecho Vila das Flores-João Felipe) serão concluídas todas as estações, obras no trecho subterrâneo, elevado, viadutos ferroviários e passarelas, bem como a instalação dos sistemas fixos. Também serão concluídas praticamente todas as obras civis nos prédios administrativos e centro de manutenção, bem como serão iniciados os testes com os TUEs;
- v) o sistema de Maceió será beneficiado com a continuidade das intervenções que viabilizarão a operação de 8 modernos VLTs, em fase de licitação. Estão previstas também a continuidade da recuperação da via permanente no trecho, incluindo infra e superestrutura; recuperação das estações, incluindo o sistema viário no seu entorno; e novos sistemas de sinalização e de telecomunicação; e
- vi) em Natal e João Pessoa, no escopo do Programa de Recuperação do Sistema, está prevista a continuidade das ações que vêm sendo desenvolvidas para restabelecer boas condições de qualidade e segurança à operação. Objetiva-se realizar a conservação da via permanente, com a substituição de trilhos, dormentes e lastro em pontos críticos e a construção de desvios, visando a melhorar a grade horária, com a entrada de mais uma composição em operação. Pretende-se também a recuperação de obras de arte especiais e de dispositivos de drenagem, melhorias da sinalização da via, obras de recuperação de estações, oficina e recuperação da frota de material rodante.

9. Trânsito

Em 2009, o Governo realizou ações estruturantes visando ao fortalecimento institucional do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), conforme estabelecido na Política Nacional de Trânsito (PNT), com o objetivo precípua de oferecer à sociedade brasileira um trânsito seguro e de qualidade, promovendo dessa forma a redução da gravidade e da ocorrência de acidentes no trânsito no País. Voltado para o aprimoramento e formação dos técnicos envolvidos com a gestão do trânsito, foi dada continuidade ao Programa de Capacitação de Profissionais de Trânsito, tendo sido capacitados 6.700 técnicos municipais de todas as Unidades da Federação em cursos de gestão de trânsito, legislação de trânsito, requalificação didática de instrutor de trânsito e análise de recursos de infrações de trânsito. Foram também realizadas palestras dirigidas aos transportadores de cargas em 12 Estados, atingindo um público de 1.600 pessoas.

Em relação à política de educação e cidadania no trânsito, foi produzida a série de 12 programas intitulada “Pela Estrada Afora”, veiculada semanalmente pela TV Cultura e dirigida ao público infante-juvenil, com o objetivo de apresentar informações e construir conhecimentos relacionados ao comportamento seguro de pedestres, ciclistas e no interior de veículos. Foram ainda definidas as Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito na Pré-Escola e no Ensino Fundamental, publicações enviadas para 104.323 pré-escolas e 154.321 instituições de ensino fundamental em todos os Municípios. Destaca-se também a distribuição do material educativo elaborado pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) “Viva o Trânsito: histórias para o ensino fundamental” para 33 milhões de alunos de 60.081 escolas localizadas em 928 Municípios integrados ao SNT.

Destinado a crianças, jovens, educadores, profissionais de trânsito e profissionais de comunicação, foi realizado o “IX Prêmio Denatran de Educação para o Trânsito”, em 2009, com o objetivo de incentivar a sociedade a analisar, refletir e produzir trabalhos voltados à melhoria da qualidade de vida no trânsito.

Investiu-se fortemente na informação à população, por meio de campanhas publicitárias educativas de trânsito com veiculação em âmbito nacional em filmes para TV, *spots* de rádios, *fôlderes* e cartazes para mobiliário urbano. Foram produzidos, em 2009, 15 filmes e 15 *spots* sob os *slogans* “Seja educado no trânsito como você é na sua vida”, “Motorista legal é motorista consciente”, “Pedestre legal é pedestre consciente”, “Motociclista legal é motociclista consciente”, além das campanhas de divulgação dos direitos da população para recebimento do seguro Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) e da divulgação do referido movimento “Dia sem Carro”.

Foram apresentados à sociedade e em específico à comunidade técnica os requisitos técnicos mínimos para a implantação do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos (Siniav), sistema que assegurará maior controle da frota e da velocidade média dos veículos com conseqüente diminuição dos acidentes e mortes no trânsito. Com esse objetivo, importante também mencionar a exigência de novos equipamentos obrigatórios para veículos saídos de fábrica (*airbag* e freio ABS) e de equipamentos de segurança no transporte de cargas especiais.

Para 2010, em conformidade às metas gerais do Programa Nacional de Trânsito para atendimento às diretrizes da PNT, pretende-se realizar as seguintes ações: i) capacitar 5 mil profissionais de órgãos e entidades do SNT; ii) realizar o Exame Nacional de Instrutores de Trânsito (ENIT) e o Exame Nacional de Examinadores de Trânsito (ENET); iii) implementar o Projeto de Ensino a Distância (EAD); iv) implantar uma rede nacional de controle das características dos veículos automotores e dos atos de registro, visando a fiscalizar a frota do País quanto às condições físicas e documentais do veículo em circulação, bem como as condições de habilitação dos respectivos condutores; v) disciplinar a circulação de bicicletas nas vias públicas do País, divulgando o “Manual

de Ciclovia”; vi) promover o “III Seminário Denatran de Educação e Segurança no Trânsito”; vii) realizar o “X Prêmio Denatran de Educação para o Trânsito”; viii) realizar programas educativos permanentes de âmbito nacional, com campanhas de utilidade pública; ix) promover a edição de publicações diversas, tais como: Código de Trânsito Brasileiro e Legislação Complementar, Manuais Brasileiros de Sinalização de Trânsito e Manuais Técnicos de Engenharia de Tráfego; e x) concluir a implantação do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos (Siniav) e Sistema Integrado de Monitoramento e Rastreamento Automático de Veículos (Simrav).

